



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 87ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 17 de dezembro de 2018, com início às nove horas e cinquenta e dois minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **OLAVO SANTOS** e com a presença dos vereadores: Alécio Espínola, Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Fernando Hallberg, Gugu Bueno, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Rafael Brugnerotto, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta a sessão e solicito ao senhor secretário que faça a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – PLO nº 174/2018; Moção nº 12/2018; Parecer nº 98 favorável da Comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de Lei Complementar nº 63/2009; Parecer nº 99 favorável da Comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de Lei nº 154/2018; Parecer nº 100 favorável da Comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de Lei nº 170/2018; Parecer nº 102 favorável da Comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de Lei nº 173/2018; Parecer nº 103 favorável da Comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de Lei nº 172/2018; Parecer nº 104 favorável da Comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de Resolução nº 16/2018; Parecer nº 288 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei Complementar nº 9/2018; Parecer nº 300 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 170/2018; Parecer nº 301 favorável da Comissão de Justiça e Redação a mensagem aditiva ao Projeto de Lei nº 154/2018; Parecer nº 302 contrário da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 172/2018; Parecer nº 303 contrário da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 173/2018; Parecer nº 305 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 168/2018; Parecer nº 307 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Resolução nº 16/2018; Parecer nº 17 favorável da Comissão de Educação ao Projeto de lei nº 170/2018; Parecer nº 31 favorável da Comissão de trabalho e legislação social ao Paraná nº 16/2018; Ofício/PGM nº 1056/2018, em resposta ao Requerimento nº 589/2018 do vereador Fernando Hallberg. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente, os vereadores Valdecir Alcântara, Mazutti, Alécio Espínola, Serginho Ribeiro, Paulo Porto, Policial Madril, Parra, Josué de Souza, Rafael Brugnerotto, Carlinhos Oliveira e Romulo Quintino. – Presidente: Finda que está a matéria de expediente, deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** – Não houve nenhuma solicitação neste sentido. **ORDEM DO DIA:** - Presidente: Temos as atas da 85ª e 86ª sessões ordinárias realizadas dia 10 e 11 dezembro de 2018. Em discussão as atas. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Atas aprovadas pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Em discussão o Projeto de lei 172/2018 de autoria do Executivo Municipal que dispõe sobre alterações e dispositivos da lei 5.691 de 20 de dezembro de 2010 alterada pela lei 6553 de 24 de novembro de 2015 e dá outras providências. O referido projeto recebeu parecer contrário da CCJ. Então, vamos debater primeiro o parecer contrário da CCJ do Projeto de lei nº 172/2018. Em discussão o parecer. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Hallberg. – Vereador Fernando Hallberg: Não preciso salientar o trabalho que eu, o Pedro e o Damasceno realizamos durante esses dois anos na Comissão de Justiça, mas evidente que quando a gente entra aqui na Câmara de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vereadores desde o primeiro dia do nosso mandato, começa um aprendizado. Lembro que até mesmo uma vez saiu de uma maneira um pouco enfática que era para os vereadores estudarem mais, mas enfim, de fato eu estudei e estudo e a cada dia nós vamos aprendendo mais. Cascavel é uma cidade com 67 anos, e tenho certeza que temos amplitude de legislações e que para gente abordar todo esse conteúdo e saber disso... Ninguém entra aqui sabendo, mas enfim graças a Deus que nós temos essa capacidade de aprender, de pesquisar, de ir atrás e realmente no ano passado nós demos um parecer favorável com relação a este aumento do livro, porém já na sessão do ano passado, na segunda sessão de votação eu apresentei nesta mesma Tribuna aqui o argumento de incondicionalidade da cobrança da taxa de lixo de Cascavel, e o projeto desse ano veio com essa com essa mesma inconstitucionalidade. Se vocês pegarem a justificativa do projeto de lei vocês vão ver que fica bem claro, tal proposta Legislativa de reajuste de 4,56% tem por objetivo recompor o curso de parte dos serviços de limpeza pública e atender o disposto na cláusula sexta do contrato firmado em 12/2016 entre o município de Cascavel e a empresa que presta o serviço de coleta de lixo que prevê o reajuste. Este nada mais é, esse contrato, é um reajuste prevendo atualização de salários, é uma correção inflacionária que já é feita quando nós corrigimos a UFM de Cascavel. Em 2010 na lei 5691/71 a cobrança da taxa de lixo de Cascavel ainda era feita em reais o que nesse caso justificaria um projeto de lei que aumentasse então para corrigir o contrato. Neste momento não se justifica mais porque em 2010 foi corrigido para o UFM, então, já em novembro desse ano a UFM foi corrigida, o que não justifica essa justificativa de reajuste contratual. Mas eu quero chamar atenção para vocês no que tange essa palavra aqui que está inclusive no terceiro parágrafo de novo: o valor arrecadado com a taxa de coleta de lixo está muito aquém dos gastos que a prefeitura tem com os serviços de limpeza pública no município de Cascavel. Claramente já vem sendo derrubado em todas as cidades que não se pode cobrar limpeza pública através de taxa e essa é a incondicionalidade mais gritante deste projeto de lei. Nós também tivemos informação aqui que foi arrecadado 24,7 milhões em 2018, porém a prestação de contas do segundo quadrimestre apresenta um valor de 3 milhões a mais que eu não entendi como que na prestação de contas apareceu de no segundo quadrimestre os oito primeiros meses: 27,3 e agora vem para 24, decaiu em 3 meses a arrecadação. Isso não aconteceu, mais uma informação que não é verídica nessa justificativa do projeto de aumento do lixo. Durante esse ano nós fizemos algumas solicitações também, nós fizemos então uma solicitação e nós tivemos aqui bem claramente, e aí a imprensa se quiser isso depois eu posso fornecer, valores arrecadados com taxa de limpeza pública, veio especificado, taxa de limpeza pública/coleta de lixo 2017 23,7 milhões até setembro de 2018 e aí eu não entendo que daí vem outro valor diferente da prestação de contas, 22,5 milhões até setembro de 2018. Fica expressamente claro que o município está cobrando a taxa de limpeza pública, mais claro ainda é quando os valores arrecadados são superiores ao valor pago na coleta residencial. Evidentemente que agora vai começar a nossa discussão e espero que ela seja de maneira mais técnica do que pessoal porque aqui nós podemos falar qualquer coisa, mas é prudente para o município de Cascavel até pela segurança jurídica que a gente faça aquilo que é certo, que a gente evite que a prefeitura municipal onere o município de maneira inadequada. Na parte de gestão pública fica claro que nós podemos fazer aquilo que está disposto em lei, então nós temos que ser responsáveis, temos que sempre motivar cada ato administrativo e desta forma é inequívoco que há



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

várias provas inclusive documentais coletadas ao longo desse ano de 2018 que nós fomos investigar mais a fundo até para tirar essa dúvida que ficou em 2017, que mostra de maneira inequívoca que nós estamos arrecadando mais do que a taxa de lixo. - Vereador Romulo Quintino: Questão de ordem. Salvo engano, o artigo 165 estabelece um tempo ainda que seja o proponente do parecer enfim para que os pareceres sejam discutidos em 5 minutos, não dá definição de que se o autor tem mais do que cinco minutos. Quero deixar aberto o precedente pra que qualquer um que tenha o tempo de 5 minutos pra falar seja estendido pelo tempo que o vereador Fernando Hallberg usou além do tempo regimental. – Presidente: Não posso concordar com V. Excelência. - Vereador Romulo Quintino: Mas seremos prejudicados. – Presidente: Vereador Fernando, conclua. - Vereador Fernando Hallberg: É nossa contribuição até pra ajudar essa administração pra que não cometa essa falha que pode gerar milhares de ações judiciais pela cobrança desses valores. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Quando começa a fala do vereador Fernando Hallberg ele fala em aumento, quando ele lê é reajuste. Esse parecer contrário é contra o contrato que foi pra justiça e já está no Ministério Público. Estamos cumprindo um contrato que não foi feito por essa gestão. Se não forma cumprido teremos um problema sério de administração. Gostaria que voltasse a essa Casa para nós votarmos de novo esse contrato de do lixo. Acredito que vamos ter uma resposta positiva no futuro. Eu peço aos senhores votos contrários ao parecer contrário porque não é o momento. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: No início da semana passada a denúncia feita pelo Ministério Público ao judiciário foi aceita pelo Judiciário e isso já está sendo discutido não mais apenas na esfera do Ministério Público e sim no judiciário propriamente dito, claro que todos tenham interesse que tudo fique a luz e as claras da maneira mais rápida possível. Obrigado. – Vereador Celso Dal Molin: Então temos que cuidado, o contrato foi feito, foi assinado, não gostamos e já encaminhou, mas temos que ter cuidado então para não fazer algo ilegal então não concordo com esse parecer e peço voto contrário. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Li esse projeto e uma das justificativas no parágrafo 4º: de acordo com informações mencionadas o valor arrecadado com taxa e coleta de lixo está muito aquém dos gastos que a prefeitura tem com o serviço de limpeza pública no município de Cascavel motivo pelo qual a recomposição dos valores é necessária, caso contrário em 2019 pra déficit será ainda maior que em 2018. Nós temos o contrato do lixo que foi assinado pelo então prefeito no dia 28 do 12 de 2016, contrato feito junto com a Ambiental construções e serviços limitada. Cláusula primeira. Objetivo: o presente contrato tem por objetivo a gestão integrada do serviço relativo a limpeza urbana, coleta, destinação final e disposição final dos resíduos sólidos urbanos compreendendo os seguintes serviços: varrição manual de vias e logradouros públicos e transporte de resíduos dela resultantes em área delimitadas no mapa constantes no anexo I do edital. 2: variação da varrição mecânica das vias e logradouros públicos, transporte de resíduos dela resultante em área delimitada no mapa constante no anexo 1. 3: coleta e transporte de resíduos domiciliares e comerciais na área urbana e distritos constantes no anexo 1 a 7, coleta e classificação de resíduos recicláveis na área urbana constante no anexo, implantação e operação de controle, monitoramento e manutenção do aterro sanitário, fornecimento de equipes padrão conforme anexo 1, fornecimento de estrutura para limpeza pública. No contrato do lixo já está cobrando tudo isso sem levar em consideração que foi anunciado que não teria aumento nenhum e a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

gente sabe que se a UFM já subiu, teve aumento esse ano então já teve uma reposição nesses valores. Então por isso eu concordo com o parecer da comissão de Finanças e vou votar junto com a comissão de justiça, e acredito que cada um tem que analisar esses contratos e cada um que tem que ter sua postura e quem tem que saber da postura de cada um depois é o povo. Esse é o meu entendimento. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: O parecer contrário da Comissão de Justiça e redação é de extrema estranheza. Não falo como líder do governo nesse momento também. Se existe um princípio que rege a administração pública, se existe um princípio que rege o governo é o princípio da honestidade, da proteção do cidadão de Cascavel. E foi justamente baseado nesse princípio que, de maneira extremamente cuidadosa foi tomada a decisão entendendo o momento complicado da população brasileira de maneira geral, foi tomada a decisão de apenas fazer uma correção inflacionária sob pena de não ser responsável pelas finanças públicas do nosso município. Nós temos extrema coerência, cuidado e zelo pela coisa pública e principalmente pelo cidadão cascavelense. Essa correção inflacionária é algo de que nós precisamos nos alegrar bastante porque não é um aumento, é uma correção inflacionária entendendo também que a unidade fiscal do município é uma discussão à parte dessa, estamos falando de IPTU, agora do reajuste do recolhimento do resíduo sólido, e depois vamos falar sobre IPTU também, mas estamos falando sobre esses temas agora e não UFM. Ouvindo atentamente a fala do membro da Comissão de Constituição e Justiça eu fiquei mais preocupado do que já estive até aqui sobre o seu reconhecimento de pareceres equivocados, sob a justificativa de que está num processo de aprendizado, um processo de aprendizado que, é claro, todos nós como cidadãos, passamos e temos, mas um processo de aprendizado com algo que é muito mais sério do que qualquer um de nós pode mensurar. Nós tivemos nessa Casa, feito pela mesma comissão no ano de 2017, assinado pelo mesmo relator em 2017, o parecer favorável há uma discussão semelhante a essa com uma diferença: a diferença era que o percentual era maior do que nós estamos discutindo hoje. Então, me causa muita estranheza nesse ano, notadamente um ano de movimentações político-partidárias, usar de um instrumento tão importante como é a Comissão de Constituição e Justiça para exarar um parecer que para mim, de forma muito clara e inequívoca, não tem nenhum outro objetivo senão causar um desgaste político para o Executivo Municipal. Isso é extremamente preocupante porque nós saímos da discussão técnica como também, foi mencionado, nós saímos da discussão da necessidade, da responsabilidade financeira, inclusive hoje iremos votar aqui a última parcela do piso salarial do magistério, iremos votar a passagem de classe das zeladoras do E9 pra o E12 e tudo isso tem custo, mas esse custo não está sendo absorvido, como dizia alguém, no lombo do cidadão. Esse custo está sendo absorvido através da boa gestão e no desconto das licitações, como por exemplo, nesse ano de 2018 já são mais de 220 milhões de reais que foram alcançados em desconto nas licitações municipais. Então, isso é preocupante, nós estamos na Casa de leis, somos todos vereadores eleitos pelo voto popular e precisamos ter a mesma responsabilidade com a coisa pública, nós não estamos aqui para fazer aventura para hora que nos interessa nós darmos um parecer favorável, na hora que o nosso grupo político se fortalece busca um outro caminho, nós damos um parecer contrário para beneficiar o nosso grupo político e para prejudicar o outro grupo político, nós estamos vivendo esse momento na Câmara de Vereadores, infelizmente, de maneira ímpar pelo menos no tempo que aqui estamos isso



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

começa a acontecer e vai de frente do princípio da isonomia, da tranquilidade que precisa ter, da técnica, da constitucionalidade para exarar qualquer tipo de parecer. É um momento que essa Câmara de Vereadores precisa lamentar e que vai ficar marcado. O último parecer ou os últimos pareceres dessa formação da Comissão de Justiça e redação. É um tremendo equívoco. Começaram muito bem até dando aula, falando que até o que tinha feito até ali estava tudo errado, mas agora a coisa ia ser corrigida e até surgiu um fio de esperança, em alguns momentos reconhecemos, mas essa evolução toda foi trocada por um parecer patético, político e totalmente dispensável. Esperamos, na responsabilidade que todos temos, que naturalmente esse parecer será derrubado, o projeto importante, sobretudo, os descontos acontecerão nas licitações e não no lombo do nosso contribuinte. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Falar bonito é fácil, mas mais fiscalizar seria fiscalizar o maior roubo que existe em Cascavel que é o lixo de Cascavel. Aqui o prefeito deveria ser cassado. O que eu e o Policial Madril vimos aqui na balança que pesa esse lixo é caso de cadeia. Tinha que prender o prefeito, o promotor e quem não vão investigar, e nós vereadores também. Fomos essa semana lá na pedreira, uma balança que o que entra ali é pesado e medido e sai no sistema. E nós fomos no lixão, uma vergonha, papelzinho que nem para limpar a bunda serve, papelzinho assim. Se fosse fiscalizar o lixo, aquele que é recolhido e realmente deveria ser pago ia sobrar muito dinheiro. É uma vergonha o que acontece aqui em Cascavel: uma balança ultrapassada, um papel ao invés de ter tecnologia para pesar quem entra e quem sai, ver quanto realmente se recolhe em Cascavel e não fazem nada, só faz é pagar no final do mês, roubar o nosso dinheiro. Se tivéssemos alguém que fosse fiscalizar, o lixo poderia ser mais barato. Nós fomos faz 15 dias eu e o Policial Madril e vimos o que tem de roubo nesse lixo, o que tem de falcatrua no aterro sanitário, se tivéssemos uma Câmara que fosse lá junto com a gente nós caçávamos o prefeito porque não pode no atual sistema de controle de serviço através da computação usar aqueles papezinhos de 50 anos atrás. Lá, um exemplo daquele disso, um senhor pagou 7000 kg para entregar lá e entregou 15.000 kg. E os outros 8000? Teríamos que chamar aqui um tal de Marcelo que é quem coordena a pesagem do lixo do aterro sanitário. Então, não tem o prefeito que se diz honesto apoiando falcatrua que tem. Não gosto de falar nas costas das pessoas, mas é o maior roubo da história de Cascavel, e a justiça deve fazer parte desse roubo porque se tivesse ido lá já tinha suspendido esse contrato. Nós tivemos essa informação porque como a gente faz parte da comissão de saúde muitas vezes a gente não consegue ir em todos os lugares, mas tivemos uma denúncia e nós fomos primeiro ali na pedreira, um sistema normal de pesagem, de controle, uma coisa que realmente você tem confiabilidade. Quando nós fomos lá no aterro sanitário, lá tinha aterrar o prefeito lá e todos os ladrões que estão perto dele porque é uma vergonha isso aí. Um dia a gente vai mostrar aqui. Vamos primeiro pedir avisando o prefeito que ele vá lá, que ele pare de andar mentindo na rua e vá lá ver. Vão pensar direitinho esse lixo e vai sobrar dinheiro. O roubo do lixo está lá no aterro sanitário na balança por isso que os pobres coitados ficam muitas vezes de tomar uma Coca-cola no Natal, sem tomar um champanhe, sem dar um litro de leite para o seu filho para pagar champanhe importado pra esses ladrões do lixo, então nós fomos lá semana passada e vou dizer o seguinte: quem defende isso aí é porque rouba junto. Esse aumento do lixo não deverá acontecer e sim acontecer a fiscalização na pesagem. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Já



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que nós estamos debatendo não só o mérito, então vou tomar liberdade de avançar nesse debate além do parecer. Todos os vereadores dessa casa dos reeleitos, com exceção do Bocasanta, eu fui o vereador que mais debateu e mais questionou o lixo. Convoquei na época uma das empresas aqui para o plenário para debater o esquema do lixo, é um esquema, inclusive o MP vai provar isso, e digo eu porque os vereadores que hoje são da base e reeleitos eram da mesma base que apoiaram o contrato do lixo, só para lembrar, colocar os pingos nos is com exceção do Bocasanta que não era da base, mas eu falo com muita tranquilidade, dos eleitos eu fui o que mais brigou, basta ver a imprensa, não precisa falar bobagem, usei a tribuna quatro vezes, inclusive de maneira contundente acusando o antigo prefeito de esquema, eu usei a palavra inclusive na época “chefe de quadrilha” lá na tribuna, mas eu pedi a palavra para só fazer uma justiça: eu não sou da base, não tenho procuração para defender o atual prefeito, mas o debate do lixo é da antiga gestão. Eu tenho acompanhado isso, inclusive cobrado do atual prefeito, e as justificativas que ele me dá, legais eu concordo em relação ao contrato, então, só para deixar claro isso, já que nós estamos entrando no lixo que eu falo com muita tranquilidade: eu fui vereador que mais debateu o lixo. Lembrando que dos reeleitos, todos que eram da base do Edgar hoje são base do Paranhos, deixar isso claro para a gente não confundir alhos com bugalhos, mas eu queria fazer justiça até para alguém que acompanha o debate do lixo e a primeira coisa que eu fiz quando o prefeito se elegeu o Leonaldo Paranhos fui cobrá-lo disso, cobre o Paranhos, cobre o atual procurador e me deram justificativas legais pelo não rompimento do contrato com as quais eu concordo. Então, entendo que nós temos que seguir denunciando, mas a conta não é dessa Prefeitura, é da antiga gestão. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: Deixar bem claro aqui também não tem nenhum problema e dependendo quem for o futuro prefeito, se tiver boas propostas e quiser governar para cidade não tem nenhum problema em ser base do futuro governo se não for o Leonaldo Paranhos e nós aqui estivermos. O senhor está dizendo que havia um esquemão no governo passado e esses vereadores que faziam parte, eles fazem parte desse suposto esquemão? - Vereador Paulo Porto: Claro, estou dizendo que tem vereador que adorasse ser base, vai ser quase sempre, independente do governo, que necessita ser base. Agora, que havia um esquema e que há um esquema no Executivo, havia, não no Legislativo. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Só lembrando que o contrato do lixo não passa por essa Casa, então nós não votamos. Só esclarecer o senhor que eu não era base na gestão passada. - Vereador Paulo Porto: Claro. E só lembrando que o senhor falou que nós votamos o contrato, mas não votamos o contrato, não se vota contrato, mas não se fiscaliza. Só quero lembrar que quem fiscalizou aqui foi esse vereador, os reeleitos e o Bocasanta. Eu pedi a palavra para fazer uma defesa da atual gestão entendendo que a atual gestão não tem nada a ver com esse contrato e tem feito o possível para tentar fiscalizar. Eu acho que tem que ser feito. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Fernando Hallberg: Infelizmente a gente acabou levando pra o pessoal novamente, isso prejudica o debate técnico, mas vou fazer o seguinte: vou encaminhar para a Ordem dos Advogados do Brasil, para todos os advogados de Cascavel e vou pedir para que eles então também nos ajudem a formular, vamos dividir essa dúvida com mais pessoas e não deixar ela só aqui dentro dessa plenária permitindo discursos vazios, discursos de ataques pessoais, vamos encaminhar isso para todo mundo que a gente conhece da área jurídica, entidades de classe, temos entidades de classes que inclusive ingressaram com ações para retirar a taxa de desastre,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

elas também poderão ingressar com ações então para cancelar a taxa de lixo daquelas empresas que fazem parte dessas entidades, irei encaminhar para todos então e aí nós vamos acompanhar durante esse ano de 2019 o decorrer dessas questões para ver afinal quem está certo e quem está errado. Creio que é a melhor resposta que daremos para a sociedade. - Vereador Paulo Porto: Estávamos tão certos do lixo que hoje o Ministério Público está apontando indícios de quadrilha, ou seja, do Executivo. Tanto é que ação que nós inclusive interpusemos ao Ministério Público está em andamento e espero que os culpados sejam punidos. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rafael Brugnerotto. - Vereador Rafael Brugnerotto: Fui instigado a falar um pouquinho, posso falar aqui não em nome da ordem, mas como advogado, faço também aqui um estudo condicional, em que pese, vereador Fernando, creio que eu vou retornar a discussão do mérito aqui que justamente saímos do foco da discussão, mas quero deixar claro que é notória aqui no município de Cascavel essa questão do lixo, não é de hoje que nós devemos estar atentos ao desenrolar, acompanhar qual vai ser o trabalho do Ministério Público e temos certeza que as irregularidades vão acabar aparecendo, já apareceram, são inevitáveis e o povo de Cascavel não pode mais estar pagando por uma questão de má gestão principalmente quanto ao lixo. Mas aqui estamos falando sobre um parecer da comissão de construção justa que deu pela inconstitucionalidade aqui do projeto em razão de algumas súmulas vinculantes e de algumas outras questões aqui quanto à prestação do serviço efetivo. Vou trazer minha análise técnica sobre o parecer e qual que é o meu entendimento enquanto advogado até sobre o parecer. Primeiro nós temos que deixar claro o que é o tributo. Tributo é uma contraprestação específica prevista em lei e que não caracteriza a sanção de ato ilícito, Artigo terceiro do Código Tributário nacional. E o tributo ele é amplo enquanto temos espécies de tributos, aí entra os impostos, taxa e contribuição de melhoria, são espécies de tributos. O imposto é um tributo que se cobra onde não existe uma contraprestação específica necessária por parte do Poder Executivo, ou seja, cobra o tributo não necessariamente deve estar vinculado alguma prestação específica. A taxa é o pagamento que a população faz pela contraprestação específica. Taxa de alvará vai ter o alvará para empresa, taxa de coleta de lixo vai ter o serviço de coleta de lixo, e eu creio que a discussão entra nessa seara, e contribuição de melhoria quando você faz um asfalto que acaba valorizando seu imóvel, três espécies de tributos. No caso aqui estamos discutindo a taxa e foi trazido aqui a súmula vinculante 19 que fala sobre a questão da taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145 inciso 2 da Constituição. O artigo 145, inciso 2 da Constituição fala o seguinte: A União os estados o Distrito Federal e os municípios poderão instituir os seguintes tributos: inciso 2: taxas em razão do exercício do Poder de polícia ou pela utilização específica ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. Creio que quando se fala dessa súmula quer dizer que a taxa em razão de capinação, varrição, limpeza de bocas de lobo não poderia ser criada uma lei específica só para cobrar essa questão porque seria referente ao imposto, ou seja, como é serviço para todos nós recolheríamos o imposto e a taxa que o questionamento é o seguinte: estamos aumentando o que inclui essa questão da varrição, só que isso está previsto no contrato. Se está previsto no contrato esta cobrança com a titulação de taxa deste serviço nós teríamos que buscar uma solução jurídica para revogar este contrato alegando a inconstitucionalidade em razão da súmula vinculante 119 aqui



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

trazida no parecer, o quê seria interessantíssimo dentro da discussão do contrato, não dentro da discussão de uma previsão de reajuste ou de reposição em cima de um contrato que hoje se não for reajustado estará dando prejuízo, continuará dando um déficit no município de Cascavel. Concordo que nós temos que analisar melhor essa questão da taxa vinculada, onde deveria ser o imposto está sendo trazido como taxa, mas está contratado lá naquele contrato feito na gestão anterior. De certa forma o parecer não é de todo inconstitucional sem absolutamente nenhum sentido, mas creio que essa discussão tem que ser feita, podemos levar inclusive para o Ministério Público que aproveita o ensejo que já está analisando o contrato e analise essa possibilidade de cumulação de serviço como varrição etc. naquele contrato. Dentro aqui da questão da reposição pela análise contratual que pode ser que o contrato realmente não esteja adequado constitucionalmente, eu não vejo inconstitucionalidade dentro dessa proposta agora deste reajuste, mas entendo sim a preocupação técnica desta acumulação prevista no contrato. No entanto agora para o reajuste eu creio que não está em nossa ceara discutir, entendo que a proposta trazida é constitucional por isso peço voto contrário para o parecer respeitando o posicionamento e espero que tenha entendido. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Parra. - Vereador Parra: Estava conversando aqui com o Josué, se trocou a assessoria jurídica lá da CCJ de 2017 pra agora, se mudou os membros porque o parecer de 2017 foi favorável, o dobro da taxa prevista esse ano foi 10%, estava legal para eles aquele reajuste, e nós estamos nos aproximando talvez de uma disputa ferrenha eleitoral daqui uns meses aí nós começamos nessa Casa de leis essa demagogia de alguns vereadores. Me entristece quando eu vejo um companheiro dizer que teria que prender o prefeito, prender promotor público quando a principal finalidade dessa Casa é fiscalizar, poderíamos propor uma CPI, então desse lixo, um lixo que teve mais de trinta aditivos na administração anterior e essa Casa de lei, alguns dos nobres vereadores aprovaram as contas do ex-prefeito. Se estamos vendo aqui tantos erros, tantas mazelas que aconteceram principalmente do lixo, por que na hora de aprovar as contas do ex-prefeito a maioria dos vereadores que hoje estão contra aprovaram as contas se estão vendo que tinha irregularidade? Reprovasse as contas. Essa casa não pode brincar, nós somos os principais fiscalizadores do dinheiro público, então quando nós vamos lá no lixão e falamos que temos que enterrar o prefeito, temos que denunciar os erros que estão acontecendo. É a função dessa Casa fiscalizar o Executivo e propor as ações, pegar uma pastinha e ir lá no Ministério Público denunciar, é fácil, mas vamos mostrar irregularidade, vamos propor nessa casa CPI e chegar no final de uma CPI nós tomarmos as ações, essa Casa tem esse poder. Mais de 30 aditivos. - Vereador Pedro Sampaio: Questão de ordem. Estamos debatendo o parecer contrário, não reportando ao histórico, o vereador Parra tem que ser objetivo e oficiar o Ministério Público então que faça essa investigação da gestão passada. Nós estamos debatendo o parecer contrário. - Presidente: Peço que o vereador Parra se atente a discussão do parecer embora a presidência por amor ao debate permitir evidentemente que os vereadores também fugissem um pouco do mérito da discussão do parecer, então conclua seu raciocínio e depois volte a discutir o parecer. - Vereador Parra: Não consigo admitir que quando é minha fala eu tenha que cumprir o Regimento dessa casa como todos os vereadores entraram no mérito, todos falaram das discussões dessa taxa do lixo, uma das menores dos últimos anos, a irresponsabilidade só não teve aumento quando foi passar o cargo, de 2016 para 2017, veio sem reajuste nenhum, isso é irresponsabilidade, só não teve



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aumento quando foi passar o cargo. A correção da UFM sempre teve nessa casa e agora os vereadores que aprovaram a conta, 4 vírgula alguma coisa é inconstitucional. Vamos caçar o prefeito por causa disso, vamos denunciar, vamos fazer o nosso trabalho, vamos fazer cumprir o que é de trabalho desses vereadores, vão fiscalizar igual diz o Bocasanta e quando nós comprovarmos que tem irregularidade vamos sim propor a cassação do prefeito, seja o anterior, seja o atual, eu nunca vou me furtar de cumprir a minha obrigação. Faço isso na comissão de saúde junto com o Policial Madril e o Boca já denunciemos várias, e eu tenho certeza que o Executivo vai bater palma quando nós conseguirmos mostrar alguma irregularidade, eu tenho certeza que ele vai tomar as providências imediatamente. Essa questão do lixo está no Ministério Público e a gente precisa ter responsabilidade, uma das menores taxas já registradas na cidade de Cascavel. Sem demagogia vamos deixar a eleição para 2020. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Olavo Santos. - Vereador Olavo Santos: Quanto ao parecer, a gente acaba se fazendo alguns questionamentos, e o primeiro que vem é: existe legalidade no PL 172? Não existe legalidade. O próprio artigo 63 da lei orgânica ampara. Aqui é um reajuste contratual, então eu entendo que nós devemos respeitar o contrato e contestar judicialmente como está assim sendo feito. Se a justiça o derrubar mudar tudo. Hoje aqui especificamente temos um reajuste contratual. O valor é moderado e atende o equilíbrio do contrato. Mais uma vez precisamos pontuar algumas coisas. Vou votar contrário ao parecer da comissão, mas é importante lembrar que ano passado houve um aumento maior, mas os vereadores em sua totalidade foram chamados a conversar com o prefeito, foi explicado e foi dado condições de conversar antes até que nós conseguimos no entendimento reduzir o valor pra se não me engano 8.5% numa ação que fizemos juntamente com o presidente, faltou esse diálogo mais uma vez. Por causa do parecer que no próprio parecer menciona apenas o reajuste de 4.56 eu falei que é moderado, aqui gostaria de fazer um alerta e gostaria de pedir ao líder do governo que nos ajudasse até amanhã ou até a discussão do projeto para uma explicação entre a diferença daquilo que consta na tabela do artigo 2, que consta lá 4,56 o valor da coleta de lixo residencial e no artigo terceiro na outra categoria bares restaurantes, hotéis, motéis, postos de combustível, supermercados, casas noturnas, instituições de ensino, o valor do reajuste é 8.62. Carece de uma explicação mais ampla para que possamos compreender o que realmente o projeto está contemplando. Quanto ao parecer votarei contrário por entender que não consigo me convencer de que existe ilegalidade nesse PL 172 aonde trata-se de reajuste contratual. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Alécio Espínola. - Vereador Alécio Espínola: Não sei se tenho direito de pedir para o Bocasanta se ele puder vir aqui para nossa Tribuna, dizer que com muito desprazer que ouvi todas as palavras do Bocasanta, aliás ele deveria estudar o projeto como percebo que o vereador Olavo estudou para não fazer um ataque criminoso que ele fez nesta manhã chamando o prefeito, dizendo as palavras que disse com relação ao prefeito e a nós também. Primeiro se diga que essa questão do lixo quem fez o contrato não foi o prefeito Paranhos, isso é importante que se diga, aliás na gestão passada tentou se fazer um contrato para 20 anos e me lembro muito bem, era suplente nessa época e suplente sempre fica com os olhinhos aqui dentro da Câmara de Vereadores observando tudo que acontece, muitas e muitas vezes eu me lembro do vereador Paulo Porto fazendo a denúncia com relação ao contrato do lixo que era para 20 anos, a casa aprovou salvo engano, a casa aprovou para 20 anos... não aprovou? A casa não aprovou. Não passou a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

PPP por 20 anos na casa. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Paulo Porto: Essa Casa aprovou o PPP que tinha como objetivo os 20 anos. Perdemos a votação, depois na justiça foi revertido. - Vereador Alécio Espínola: O contrato foi feito pra 5 anos, está na justiça, foi movimentado, Vereador hoje Bocasanta também coloca a justiça sob suspeita, e a justiça está trabalhando na questão do contrato do lixo. Prefeito Paranhos esteve conversando com a justiça e a justiça foi muito clara. Se vossa excelência quiser cancelar o contrato pode cancelar, no outro dia lixo passou de três dias na porta da sua casa você sabe o que acontece. Como se cancela um contrato de lixo e aí vai contratar uma nova empresa você sabe quanto tempo demora uma licitação e se a empresa atual que está cuidando do lixo se ela é reverter na justiça, a responsabilidade é única e exclusivamente do prefeito. São duas coisas: o contrato está na justiça a justiça está trabalhando, quem fez esse contrato não foi administração atual e cabe a cada um dos vereadores que quiserem fazer a fiscalização. A fiscalização é dos vereadores, qualquer um dos vereadores pode fazer a fiscalização. O vereador Fernando acompanhou esse processo lá atrás também dessa questão de 20 anos, eu lembro que ele também era contra e o Fernando é um estudioso já estudou a questão do contrato, sabe que está bem amarrado, então qualquer um dos vereadores pode entrar na justiça. Quero lamentar profundamente as palavras do meu colega estimado, gente que admiro muito o vereador Bocasanta. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Sampaio. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Fernando Hallberg: Vereador Alécio Espínola, o senhor tem razão com relação a PPP Paulo Porto também vejo que tem razão com relação a PPP aliás quem denunciou ao Ministério Público a PPP e juntou mais de mil assinaturas na época à petição fui eu e que graças a Deus frequentei todas as reuniões que foram feitas inclusive nessa Casa contestando item por item mostrando porque era ilegal aquilo e graças a Deus conseguimos derrubar aquela PPP, porém podemos fazer a nossa parte agora. Vereador Madril, inclusive Vereador Bocasanta estão denunciando e eu já cobrei inclusive que a balança não funciona. Qual é a parte que a prefeitura pode fazer agora? Eu já peço para o senhor encaminhar isso. Bota a balança do lixo pra funcionar, já temos dois anos de mandato da atual gestão. Esse caminhãozinho não varre nada e nós pagamos 100 mil por mês. Faça uma fiscalização e corta esse 100 mil por mês, dá 1 milhão e 200 mil por ano. Isso o prefeito pode fazer e não só pode como deve fazer e já fica aqui o pedido então para que ele faça isso durante 2019, vereador Alécio. (-Um aparte) - Vereador Pedro Sampaio: Pois não. – Vereador Bocasanta: Alécio, aqui não estou pra julgar ninguém. Vamos eu, tu e o prefeito na pedreira, vamos ver como funciona e vamos no lixo. Você pode ir lá só cobrar a pesagem certa que acaba a falcatura. Será que o prefeito não sabe disso? Eu vou levar ele lá, vamos pegar ele ali, vamos levar lá e vamos ver que eu estou falando, quem é conivente com rouba para mim é ladrão porque lá em casa se estão me roubando e eu sou conivente é porque é ladrão. Então nós vamos lá, vamos convidar o Paranhos, eu levo com meu carro e daí vamos lá ver e vamos dizer o seguinte: só controle o peso para acabar com roubo, só isso. (-Um aparte) - Vereador Pedro Sampaio: Pois não. – Vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Só para lembrar, nós tivemos uma discussão nessa Casa na gestão passada para discutir sobre os 20 anos, veio todo pessoal do governo atual e nós sentamos, uma discussão muito forte, eu tenho gravado aonde nós fomos contra, a maioria dos vereadores foi contra os 20 anos depois nós fomos lá para o Teatro e daí foi feita a discussão lá e lá o prefeito voltou atrás, disse: não tem mais contrato com PPP, mas foi discutido nesta casa sobre isso e nós batemos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

contra os 20 anos e se quiser amanhã eu trago um pedacinho dessa matéria pra mostrar. - Vereador Pedro Sampaio: Obrigado. – Presidente: Vamos votar o parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 172/2018. Proceda votação nominal senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Bocasanta, Fernando Hallberg, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril). (Foram contrários os vereadores: Alécio Espínola, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Rafael Brugnerotto, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara). – Secretário: 5 votos favoráveis e 15 contrários. – Presidente: Com 5 votos favoráveis e 15 contrários fica prejudicado o parecer. Passamos à discussão do Projeto de lei 172/2018. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Alécio Espínola. - Vereador Alécio Espínola: Só para completar, no ano de 2016 foram 27 milhões de aditivo pra o lixo, o prefeito Leonaldo Paranhos ano passado pediu para colocar as câmeras de segurança nos caminhões, e essa questão de pesar o contrato reza que é pela quilometragem e nós vamos avançar com relação a essa situação, mas eu gostaria de deixar esse esclarecimento lembrando que no ano de 2016 foram 27 milhões de aditivo para o contrato do lixo e no ano de 2017 nós não tivemos nenhum centavo de aditivo para o contribuinte. Veja só o tamanho da economia. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Quando o contrato é bom e não cumpre não precisa dar aditivo. O aditivo de uma construção um de um projeto é pra tirar quem é sério do jogo. Muitas vezes o cara pega a construção de uma escola vou dar um exemplo, por um preço irrisório sabendo amanhã ou depois vai ter os aditivos. Daí tira quem é sério e não consegue fazer por aquele preço. Se o caminhão andar na rua sem coletar nada o município vai pagar? É outro erro. Não existe. Ninguém está aqui para não pagar o lixo. Só não vamos pagar as falcruas do lixo, isso não podemos. Nós fomos lá ver, Alécio, te convido para ir, vamos levar a imprensa como vocês gostam de aparecer na imprensa vamos levar junto, chegar juntos, chegar lá e ver aquilo. Se não teve aditivo é porque o preço já foi alto demais porque o homem estava saindo fez um contrato muito alto. Não existe em pleno século 21 onde temos tecnologias para fazer um alto controle estamos aqui pagando com o suor dos pobres vamos dizer assim, porque todo pobre paga lixo, diferente de IPTU, para alguns mamarem na teta do governo. Só vou me calar o dia que lá tiver uma balança eletrônica onde só vai ter uma entrada e uma saída, mesma entrada e mesma saída e que todos os caminhões que entrem sejam pesados. Lá foi tão estranho que até a câmera que tinha dizem que foi alguém assaltar lá e tiraram a câmera. Quem foi assaltar? Quem tem interesse em não controlar. Nosso prefeito é o Prefeito, ele tem que fiscalizar senão é improbidade administrativa. Esqueça o ladrão para trás, nós não podemos continuar pagando o roubo. Temos que ir lá por uma um sistema eletrônico, fechar aquele portão, por uma balança que pesa 60 toneladas e o que entra e o que sai se paga. Aqui nós temos que defender o interesse das pessoas e não interesse de ladrão. Quem rouba do serviço público é um ladrão. Nós como vereadores eleitos pelo povo para fiscalizar estamos falando pra essa administração faz dois anos que estamos ali e não estão fazendo nada. O roubo está continuando e o roubo é lá na balança do aterro sanitário. Se ele quer tomar providências ou não, é um problema da administração, mas nós como representantes do povo estamos dizendo o seguinte: o roubo está lá, temos as fotos, nós não queremos fazer do jeito que está lá, nós queremos que tenha uma fiscalização séria e que se pague o justo. Vamos convidar o prefeito, a imprensa, todos vereadores e vamos lá



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ver se estou mentindo. Se eu comprar 10 kg de carne e for revender não vou revender por 5, tem que revender 9,5. Então lá pagando coisas a mais e ali é onde está o roubo do lixo e de outras coisas. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Hallberg: Peço para colocar os slides por gentileza, fiz a mesma apresentação atualizada com algumas informações do ano passado só para a gente recordar, inclusive combinamos aqui no ano passado de rever toda essa taxa do lixo de Cascavel, e não fizemos isso e nem a prefeitura fez, então eu só quero fazer uma narrativa aqui quero que passe o próximo slide. Nós tínhamos em 2009, Rafael, até para acompanhar o nosso raciocínio, você que é um advogado entende da parte constitucional. Nós temos a cobrança em reais então era até 250 quilos R\$ 65,00, até 500 kg R\$ 123,00 e acima de 500 kg R\$ 268,00, ou seja, justificaria uma lei para corrigir então com relação ao contrato, porém em 2010 trocou a cobrança de reais pra UFM porque ela reajusta todos os impostos municipais pela questão inflacionária e a questão contratual porque se o contrato sobe pela questão inflacionária você reajusta pela inflação a UFM e você já tem esse reajuste pela taxa de lixo automaticamente pela UFM para pagar o contrato reajustado. Então, esse não pode ser considerado uma justificativa de que o reajuste é contratual, inclusive é a mesma forma que é feito com o IPTU já se repassa a inflação quando se reajusta a UFM acontece em todas as cidades do Brasil isso é uma coisa básica, inclusive nós tivemos uma lei em 2015 que mudou totalmente a forma de cobrança, então na classe 1 teve um aumento de 384%, tivemos na classe 2 um aumento de 534%, aí vamos para classe 3 tivemos um aumento de 409% até 200 kg e que tivemos aí na classe 4 um aumento de 362% na taxa de lixo de Cascavel. Agora vamos focar nesse projeto de lei; eu quero que os senhores leiam ali: valor por quilo. Vamos pegar ali: bairro Cascavel Velho, 15 de novembro, Santos Dumont, Esmeralda, Santa Cruz, Brasmadeira e distritos administrativos, Vila Tolentino, Cataratas inclusive Morumbi, Periolo, Interlagos vai pagar 1,27 por quilo do lixo certo de acordo com o que está expresso na própria lei enviada para esta casa de leis. Temos ali o bairro Floresta, Brasília, Santa Felicidade, Coqueiral, Alto Alegre, e Guarujá que já vai pagar 1,27 pelo quilo do lixo se nós formos olhar a proporcionalidade, os estudos feitos pelo IBGE, porém esta foi a forma de cobrança adotada em Cascavel e foi justamente o que nós pedimos para ser revisto esse ano e ficou acordado aqui. Classe 3: Então, até 200 kg: nós temos ali loteamento Jardim Pioneiro, Pinheiro, Santo Inácio exceto Treviso, Canadá, Parque Verde, exceto Portal do Vale, São Cristóvão, Pacaembu, Pioneiro Catarinense e Universitário, valor por quilo 1,35. Aí temos a classe 4 que é o Recanto Tropical, Maria Luiza, Região do Lago, Parque São Paulo, Neva e Cancelli 1,20. Quanto mais de classe nobre é o bairro mais barato se paga, mas o rico paga menos e o pobre paga mais caro. Que tipo de justiça social é essa? Aí temos a parte mais discrepante agora que a classe 5: loteamento Lago Dourado, Brisa do Lago, Loteamento Golden Garden, Portal do Vale, Centro e Coutry paga 74 centavos o quilo do lixo enquanto o Santa Cruz está pagando, Esmeralda 1,27, Periolo, Morumbi 1,27, Cataratas 1,27, quem mora no Portal do Lago Dourado vai pagar 74 centavos. Evidentemente não posso ser favorável a isso, já entrando no mérito do projeto, é um absurdo o que acontece nessa cidade e já vamos ver que no IPTU também acontece a mesma coisa: casa pobre paga o mesmo valor da casa rica, pode ser de sapê, de tapera, vai pagar o mesmo da casa de mármore, é um absurdo. Tivemos um ano para que a Prefeitura Municipal de Cascavel revise e aí sim talvez poderia ter até um aumento mas coloca esse aumento pra quem realmente tem dinheiro, não dos mais



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pobres da forma como está sendo feita nessa lei que veio para Câmara de vereadores. Obrigado. Sou contrário ao projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: O entendimento na época é que naturalmente as classes maiores tem uma produção de resíduo muito maior do que as classes menores e uma comparação entre a questão da do gasto, do investimento para ir recolher na classe ou no bairro de menor classe social, vamos assim dizer, do maior é o mesmo. Essa foi uma das linhas de pensamento adotadas à época, pelo que eu levantei. Agora o senhor foi feliz quando disse que nós não fizemos, “nós” inclui realmente a todos e esse debate precisa continuar aberto porque eu também entendo que a revisão precisa ser feita. Importante pontuarmos também a questão da cobrança, é uma correção inflacionária, não se trata de aumento exorbitante como insistentemente os vereadores aqui que a gente entende o seu papel político partidário, mas é assim um aumento na forma de correção inflacionária tão somente. O que temos de fato é apenas uma polarização e um embate político partidário. O que está sendo dado pela enésima vez é uma correção apenas do índice inflacionário. A própria comissão de constituição e justiça já falou isso ao exarar um dos seus pareceres. Eu quero ler para os senhores vereadores está aqui o texto: o reajuste não ofende os princípios da legalidade e da razoabilidade, pois no caso não configura aumento de tributo, apenas recompõe o valor da degradação de processos inflacionários. O parecer foi dado pela comissão de constituição e justiça, os mesmos membros, os mesmos relatores para provar mais uma vez para comunidade de Cascavel, para as pessoas que estão nos ouvindo que isso se trata apenas de uma cortina de fumaça política criada para causar algum tipo de prejuízo política. Vamos votar com tranquilidade, não existe nada de errado absolutamente que precisa ser revisto. Será revisto sempre de maneira ampla democrática como é a marca da Câmara de Vereadores e desse governo que não se furta em dialogar em momento algum. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: Estava ouvindo atentamente a questão anterior, a quanto do parecer contrário, esse contrato do lixo já vem há anos se arrastando inclusive na justiça e eu entendo que vai continuar se arrastando dessa forma até que possa ter um novo modelo de tratamento do lixo de Cascavel. Isso é inevitável. Do modo que está nós vamos continuar dessa forma. Entendo que este é um reajuste, é uma atualização deste valor, o molde dessa questão dos valores cobrados das classes pode ser revisto, mas no momento não pode ser alterado. Temos que votar por este reajuste inflacionário de 4,56 entendendo que possa haver um tratamento diferenciado no momento que o modelo do contrato do lixo pra a próxima gestão, acredito que em 2021 que vence nós temos que estar pensando num modelo melhor para Cascavel, entendemos que um modelo possa baratear o lixo que todos entendem que está sendo pago um valor alto pelos munícipes de Cascavel, mas no momento esse contrato precisa acontecer, esse reajuste precisa ser cumprido por parte do município. Não é um reajuste exorbitante 4,56, nós queremos um valor menor para município, mas no momento eu acredito que está correto aí para poder dar sequência e o município cumprir seu papel de um contrato firmado com a empresa. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Eu creio que nós temos duas visões aqui que se complementam, o vereador Fernando Hallberg está certo aparentemente o atual sistema nos dá a entender que tem uma certa injustiça porém o que o Romulo fala está correto, existe uma argumento forte das empresas que nós temos que levar em conta também de que realmente o preço é o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mesmo em termos de deslocamento e se coleta menos lixo. Também nós não pensamos em nenhuma alternativa, eu falo a casa como um todo, eu participei daquela reunião foi acho há um ano exatamente para debater isso, nós entendemos que era necessário fazer outro tipo de lógica em relação a pagamento do lixo, o Executivo veio até nós, se colocou à disposição, nós ficamos elaborar um debate, uma comissão, nós não fizemos isso. Votarei favorável por entender que não tem outro modelo e essa justificativa da empresa é plausível, agora nós temos ver se tem como avançar mais na perspectiva de estar isentando ou pelo menos cobrando menos da classe trabalhadora e onerando mais quem pode pagar porque se faz política pública assim: a política pública é uma espécie de Robin Hood, você tira dos ricos para dar para os pobres, nessa perspectiva, e aparentemente essa lógica contratual não contempla isso. Agora, nós também não debatemos outra lógica. Votarei favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador José de Souza do PTC. - Vereador Josué de Souza: Dar os parabéns ao Vereador Romulo Quintino, Paulo Porto e a você Fernando por ver e reconhecer o quanto é danoso esse contrato do lixo para população. Menos mal que ele vai vencer em 2021, agora imagina um contrato desse até 2020. Está na Justiça, o aumento do repasse da inflação está no contrato, não temos como mudar, mas vamos torcer para que a Justiça interfira para o lado certo para que nós possamos fazer um debate amplo onde o rico pode pagar mais e o pobre pagar menos, infelizmente nesse momento nós não temos o poder para mexer no contrato e mudar no jeito que está, mudar as tarifas porque é um contrato que já foi aprovado lá atrás e já foi feita uma discussão bem feita ou mal feita, mas foi feito lá atrás, quem não concordou entrou na justiça, temos que esperar uma decisão da justiça porque se nós perdemos na justiça nós vamos ter que arcar com as consequências e daí quem vai arcar não é o município é a pessoa que entrou e cancelou o contrato. Sou favorável a cumprir esse contrato, mas discutir na justiça que é o que temos que fazer agora. O aumento é um repasse da inflação, não é um absurdo e que no modo que é feito esse contrato ele não atende o que esse vereador pensa: aonde o pobre tem que pagar menos e o rico pagar mais e esse contrato é o contrário. Com a questão do lixo de não ter a balança lá é porque quando se pensava nos dias de chuva eles molhavam e pesava mais e havia prejuízo pra o município e quando não chovia havia algumas denúncias de que eles estavam molhando esse lixo por questão do peso para ganhar mais peso. Entendo que na questão de por quilômetro também está sendo bem atendido, então peço voto favorável e vamos torcer para que a justiça cancele esse contrato e nós possamos ter um grande debate nessa Casa nesse projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Mauro Seibert. - Vereador Mauro Seibert: Vereador Mazutti, o tempo é a razão para muitas respostas e quando a gente usa de bom senso, quando o senhor fala também o Paulo Porto fala em alternativa, Vereador Josué de Souza fala de contrato, eu criei uma alternativa que ano passado ano retrasado oito meses de assessoria trabalhando, utilizando do dinheiro público pago aqui para ir viajar, olhar as coisas e agora nós estamos nesse debate aqui. Como é gostoso você ver que você tinha razão. Naquele momento que apresentei o projeto só viram a minha multa dos errados continuarem fazendo errado e as pessoas que fazem a coisa certa pagarem pelo certo. Quando eu coloquei aqui a alternativa da reciclagem alternativa que não custava mais que 3, 4 mil reais que o Bocasanta, o próprio Madril foi fotografar da balança, do sistema moderno com computador pode ser até de doação tinha resolvido, que com os anos, com o tempo você fazendo a reciclagem mandando lá e não mandando migalha que cada pouco eu vejo a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Cotacar, Carimel fazendo janta para poder arrecadar as coisas, quando eu disse que com o tempo com aquele projeto que você ia reciclando em casa ia diminuir o peso do caminhão, automaticamente a vida útil do aterro sanitário que isso custa milhões, como eu vi aqui olha a resposta como é interessante, a própria Gestão Pública fez uma manifestação para o Tribunal de Contas dizendo que era contra o modelo de contrato e que precisava ser feito uma nova licitação de coleta, varrição, operação do aterro, equipe padrão, como é bom o tempo. Mas como o bom senso também me diz que eu não posso adentrar dentro de um contrato aqui como colocou Vereador Josué, que foi firmado e está a Justiça, eu não posso ser leviano e denegrir essas pessoas simplesmente por um ato político ou por um populismo às vezes barato demais. Então, alternativa tem. Agora quando eu dei a opção de 6 meses para prefeitura orientar, depois notifica. Olha, você está fazendo errado, faz uma adequação aí. Agora o certo não pode pagar pelo errado, então você viu que às vezes aquela multa simbólica se tornaria muito menor do que milhões que estão falando, não sei de quantos aditivos aqui, como e bom o tempo, que resposta que o tempo dá, mas como bom senso me diz eu vou estar votando favorável porque existe o contrato, mas está na Justiça, já aceitou, vai se discutir isso. Então, as pessoas têm que começar a refletir e quando você fala no microfone você dá o poder para o vereador usar a Tribuna, você tem que ter o bom senso que lá naquelas empresas têm pessoas que trabalham, levam o seu sustento. Não cabe ao vereador Mauro adentrar um projeto, um contrato que foi firmado tarde. Agora a Justiça e quem fez contrato responder, mas a resposta que o tempo deu foi muito boa. Era que eu tinha. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Policial Madril. - Vereador Fernando Hallberg: (-Um aparte) - Vereador Policial Madril: Vereador Mauro Seibert foi brilhante em dizer que o tempo é senhor da razão, e vou dizer: Em março vão chegar os carnês pra pagamento e já desafio todo mundo aqui a pegar o carnêzinho e pegar também um de 2018 e fazer a comparação. Aí vamos ter a prova do que estamos afirmando. Vamos pegar o contrato e ver o quanto aumentou de percentual no contrato e o quanto aumentou de percentual no carnê em simples e aí esse assunto vai estar resolvido, este debate, vai acabar. Em março é a prova final do que vamos decidir aqui hoje, é matemático. - Vereador Policial Madril: Gostaria que a assistência passasse um vídeo da visita que a gente fez lá no aterro sanitário pra que as pessoas tenham conhecimento como funciona a fiscalização lá e sabendo também do lixo que essa empresa é responsável pela operação, controle, monitoramento e manutenção do aterro sanitário. Gostaria que passasse essas imagens aí da visita do aterro e da balança que funciona certo que ali da pedreira. (Exibição de vídeo) Esse é o controle que nós temos da taxa de lixo que a gente paga. Pra onde está indo o dinheiro do contribuinte? Se houve erro, houve erro dessa casa de não fiscalizar, mas principalmente do Executivo que está dois anos e até hoje não cobrou o contrato, então vou fazer um requerimento para cobrar o que está no contrato, o próprio contrato está especificando aqui que precisa de controle, monitoramento e não tem nada disso. É o dinheiro do povo que infelizmente a gente tem que cumprir o contrato só que a empresa também tem que cumprir o contrato. Lá poderia ter uma câmera, uma balança que seria fácil de saber entrada e saída dos caminhões lá. Eu e o vereador Bocasanta a gente viu uma árvore caída, a gente vai querer saber onde que foi aquela madeira lá que foi cortado em torinhas que teoricamente teria que ir pra um local e o dinheiro retornar pra Provopar. Só para explicar meu voto contrário a essa taxa, o ano passado votei favorável. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Parabenizo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pela incursão dos senhores lá, toda fiscalização é importante e sempre vai estar aberto como de fato está aberto que somos vereadores para fazer isso. Sobre as entradas é importante a gente fazer uma diferenciação: a entrada para o aterro sanitário não é específica para a empresa ganhadora do recolhimento, até na fala que gerou aqui um pouco de graça por alguns vereadores, quando entra um “caminhãozão” da prefeitura pesa mais do que as 40. Claro que pesa mais, o caminhãozão da prefeitura não é o caminhão do recolhimento, importante a gente dividir as coisas porque pro aterro vai não só o recolhimento do resíduo sólido como vai o recolhimento e muitos itens que a própria prefeitura manda, então esses caminhões não tenha necessidade naturalmente de passar pela pesagem porque não fazem parte do contrato. Essa outra entrada é por esse motivo: o aterro não é apenas da empresa, é da Prefeitura e a prefeitura também utiliza. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Serginho Ribeiro. - Vereador Serginho Ribeiro: O que chama também é seguinte: um contrato bem feito parecendo o contrato do pedágio, muito bem amarrado de uma forma bastante pensada, arquitetada com uma estratégia bastante ampla, ao mesmo tempo me chama atenção o seguinte: por isso como presidente da Comissão de Economia Finanças e orçamento ao longo de algumas posições contrário às contas do ex-prefeito que dá para ver que está aí uma situação bastante articulada e firme e mostra, não sei quem são os donos dessa empresa, só coloco uma coisa muito importante: como as pessoas querem dar o jeitinho brasileiro e fazer a coisa errada. Ministério Público, Tribunal de Contas, Gaeco tudo mais levando preso um monte de gente e ainda muita gente querendo levar vantagem. Me lembra também junto com a matéria, parabenizar que o Boca também o Madril, me chama muita atenção parecendo também aquela situação onde nós tivemos uma CPI das fossas que não terminou em pizza porque na verdade fomos atrás e dá para ver também que não tinha controle nenhum, a Sanepar e tudo mais pessoas que vieram aqui, um absurdo novamente. Chega de mais ou menos, tem que ser sério a vida inteira. Poderia uma CPI Desse lixo, é um absurdo, é a única forma. Quando se fala em IPTU também temos que ver a questão progressiva. Chega de jeitinho brasileiro, mas também as pessoas entendam esse poder Legislativo. Não vem aqui de churumela achando que vereador tem que fazer n coisas, ao contrário do que se pensa. Poder Legislativo é fiscalizar e projeto de leis que atendam a população. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: É complicado abrir uma CPI do lixo agora porque já está no Ministério Público, já foi denunciado, então acredito que esse contrato vai ser cancelado. Um detalhe que nós temos entender que todo mundo falou aqui: é o contrato e tem que cumprir o contrato. Estamos discutindo da onde vai sair o dinheiro para cumprir o contrato e vai sair o aumento uma parte do povo que vai para o aumento do lixo. Estamos discutindo de onde vai sair o dinheiro para pagar esse aumento que está no contrato que não fomos nós que fizemos, não foi essa casa que assinou. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Nós estamos falando sobre um assunto que não é o parâmetro usado dentro do contrato. O parâmetro usado no contrato não é peso, é quilômetros e esses quilômetros são previstos através do itinerário e acompanhados via GPS. Apenas para contribuir para a gente andar nessa discussão. – Vereador Celso Dal Molin: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Josué de Souza: O prefeito também é contra esse modelo de contrato. Ele é a favor fazer por lotes. Só que está na justiça, temos que esperar. – Vereador Celso Dal Molin: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Parra: Parabenizar o Romulo Quintino ao



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

citar a questão do km. Onde eu moro toda noite o caminhão passa e a gente tem certeza que está recolhendo o lixo. A população de Cascavel está ciente que o trabalho essa sendo executado. Se não estiver a população é a primeira a denunciar. Se é feito por quilômetro eu tenho certeza que lá na minha rua o caminhão passa três vezes por semana assim como toda a população, Nós precisamos apontar os erros e punir os responsáveis.

– Vereador Celso Dal Molin: Cascavel é considerada a segunda cidade mais limpa segundo a revista Exame do Brasil, se o prefeito tivesse oportunidade teria feito com o transporte do lixo o que fez com o do transporte escolar. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Olavo Santos. - Vereador Olavo Santos: Precisamos também trazer a informação a todos embora na mensagem de lei fale num reajuste de 4,56 nós também em uma tabela a parte pra algumas categorias está um reajuste de 8,62%, isso possibilitado por brechas nesse contrato. A gente vê como o contrato precisa ser revisto. A população de Cascavel anseia pra que essa investigação avance e passamos dar um respaldo através do judiciário principalmente da justiça pra que sejam feitos os esclarecimentos necessários, se está efetivamente prejudicando o poder público. Minha fala é pra que não se atenham ao 4,56% porque categorias como hotéis, postos de combustível, mercado... que até é justo que paguem mais porque produzem mais lixo, mas precisamos esclarecer que não é apenas 4,56 porque quando pegarem o carnê vai ter um reajuste diferenciado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Mauro Seibert: Quando a gente fala em prédios, hotéis, condomínios temos que ter cuidado porque muitos fazem reciclagem então temos que ter cuidado pra falar. Mas muitos condomínios fazem a reciclagem. - Vereador Olavo Santos: Obrigado. Proceda votação nominal senhor secretário do Projeto de lei nº 172/2018. (Foram favoráveis os vereadores: Alécio Espínola, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Rafael Brugnerotto, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara). (Foram contrários os vereadores: Bocasanta, Fernando Hallberg, Pedro Sampaio, Policial Madril). – Secretário: 4 votos favoráveis e 16 contrários. – Presidente: Com 4 votos favoráveis e 16 contrários fica aprovado em primeira votação o Projeto de lei 172/2018. Antes de discutirmos o projeto de lei nº 173/2018 suspendo a ordem do dia para fazer uma leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2018. Proceda a leitura senhor secretário. – Secretário: Projeto de Decreto Legislativo nº 20 de 2018 de autoria da mesa diretora dessa casa de leis que dispõe sobre licença ao Excelentíssimo Senhor Jorge Luiz Lange na forma que especifica. A Câmara Municipal de Cascavel estado do Paraná aprova: artigo primeiro nos termos que regem o artigo 29 inciso 6º da lei orgânica Municipal e atendendo a solicitação feita por meio do Ofício do gabinete número 507 de 2018 do gabinete do vice-prefeito Jorge Luiz Lange é autorizada a licença a partir do dia primeiro de janeiro de 2019 ao Excelentíssimo Senhor Jorge Luiz Lange, vice-prefeito do município de Cascavel para fins de ocupar cargo público no governo estadual. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação oficial. Assinam os vereadores componentes da mesa diretora da Câmara Municipal de Cascavel. – Presidente: Obrigado. Em discussão o Projeto de lei 173/2018 de autoria do executivo Municipal que dispõe sobre alterações nas tabelas que especifica da lei 6.433 de 23/12/2014 alterada pela lei 6.556 29/12/2015. O referido projeto recebeu um parecer contrário da Comissão de Justiça e redação a qual passamos a discussão. Antes de colocar em discussão já prorrogo a presente sessão por mais uma hora. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Sampaio. -



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Vereador Pedro Sampaio: Tenho uma velha máxima comigo que eu não olho para trás, o que aconteceu e sim para frente. Quando a gente foi aqui insultado de forma sarcástica de que a comissão dá parecer favorável, contrário dependendo da conveniência política, isso me remete a 2015, e hoje parabeno vereador Mauro que faz parte da Comissão especial de revisão das leis para a gente poder revisar realmente os absurdos que não digo só a Comissão de Justiça, todas as comissões tem seus altos e tem seus baixos, mas reconheço publicamente que numa análise do 173/2018 eu comprovo a todos que estão nos acompanhando que o prefeito decretou através do Decreto 14511/2018 a UFM para o exercício 2019. É um reajuste inflacionário para todos os tributos do município. Na mensagem de lei como diz o líder do governo que é apenas uma correção inflacionária, pela décima vez eu vou falar que é uma correção sim inflacionária do anteprojeto de lei 173, que não é o aumento real. Para você corrigir o valor venal do imóvel avaliado por técnicos, isso diz o artigo 228, para que você possa atualizar a planta genérica ela tem que vir instruída de um estudo, isso eu coloquei dentro pela secretaria de planejamento por técnicos habilitados. O estudo técnico da avaliação da planta eu não vi e não estou mentindo, é o Código Tributário municipal. E a partir da hora que a gente analisou, o prefeito emocionalmente começou a buscar questões pessoais, isso mostra o desequilíbrio dele na frente da prefeitura porque em nenhum momento nós estamos atingindo a honra e sim discutindo o projeto e mérito. O valor venal é produto da planta genérica de valores, ou seja, a partir da mensagem de lei do Senhor Prefeito Municipal requer uma atualização periódica aonde está o estudo, esse o questionamento que eu faço, o estudo veio acompanhado do presente projeto? No meu SAPL lá no meu gabinete não veio. Então, está havendo sim uma majoração de tributo uma vez que ele corrigiu em novembro pelo IPCA quem não sabe que é IPCA é o índice de preço ao consumidor amplo, e 4:28 e agora corrigindo aqui as tabelas do IPTU vai haver uma bitributação. De 4.28 cresce mais ainda; 4 ponto alguma coisa, ou seja, os munícipes estão pagando sobre 8 quase 9%. Discutir aumento aqui senhor Prefeito, eu discuto aumento com o senhor, agora, não vem mentir para população. O ofício nº 10/2018 diz claramente que o prefeito determinou que houvesse uma discussão da sociedade organizada sobre esse assunto depois e questionado por um vereador dessa legislatura. Não pode ser de acordo com a vontade do prefeito, vereador Fernando falou de uma de uma casa de 100 metros quadrados e da outra casa de 100 metros quadrados com padrão em outra casa de sapê que ele usou o termo e a outra casa com mais qualidade, vamos dizer assim, é a mesma coisa que a gente ia se reportar que eu para elaboração da planta. Os valores que fixam o valor do metro quadrado de terreno valor do metro quadrado de edificação ou benfeitoria sobre o qual recai o lançamento pela Secretaria Municipal de planejamento. Esse é o questionamento, votarei contrário por não vir instruído do projeto o estudo atualizado da valorização da planta genérica e como está fazendo a correção inflacionária nesse projeto, como é que fica o decreto? Prejudica o decreto? Não vi em nenhum momento aqui dizendo que não vai agravar pra o contribuinte. Peço voto favorável ao parecer, muito bem dirigido aos senhores vereadores. Só para lembrar: taxa de sinistro e desastres a casa aprovou em 2015, foi parecer favorável da Comissão de Justiça e redação. Obrigado. – Presidente: Em discussão o parecer contrário. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: É difícil chegar a uma conclusão. Eu lembro-me que uma vez um advogado me falou que: seu posicionamento e o seu parecer é de acordo com quem contrata. Estou chegando à conclusão que isso



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ocorreu também infelizmente no nosso caso haja vista que no mesmo parecer da mesma comissão, do mesmo relator ele disse assim; conforme justificativa o valor venal nada mais é do que a expressão econômica do bem no mercado imobiliário e requer atualização periódica haja vista as contingências capazes de influenciá-lo com o uma desvalorização da moeda, os aprimoramentos urbanos, a valorização da zona onde o imóvel se situa e etc. A atualização do valor venal leva em conta não apenas a recomposição do valor da moeda, mas também as características do bem e sua relação com o mercado imobiliário não se configurando nesse aspecto qualquer transgressão à Constituição Federal ou ao Código Tributário municipal, mas também as características específicas do próprio bem e sua região não implicando em majoração da base de cálculo sendo que decorre da constante transformação do bem ao longo do tempo bem como da infraestrutura que o cerca tratando-se de procedimento fundamental ao justo recolhimento de valores aos cofres públicos. O que mudou do parecer do ano passado, 2017 para 2018, foi tão somente o posicionamento político partidário. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Hallberg. - Vereador Fernando Hallberg: Com todo respeito em relação ao vereador Romulo, ele só esqueceu do entretanto para frente. "Entretanto o projeto não pode ser considerado de fato como atualização periódica do valor venal como dispõe a justificativa na mensagem de lei, atualização que pode ser feita mediante decreto. Essa é a principal questão. Se fosse só atualização, correção monetária não viria um projeto de lei para essa casa, nem do IPTU e nem do lixo e sim majoração da base de cálculo, que é o que está acontecendo. Para isso o poder público deve apresentar um estudo técnico atualizado da valorização da planta genérica de valores logo aumento é diferente de atualização e o acréscimo da base de cálculo valor venal deve-se dar por lei e em hipótese alguma por decreto". Ou seja, se fosse só uma correção de planta de valores isso teria vindo através de um decreto, nem passaria por essa Câmara, então evidentemente que há uma majoração da base de cálculo do IPTU, mas a gente emitiu nossa opinião de maneira técnica, fundamentada com todo o respeito a essa Casa de leis e principalmente aos cidadãos de Cascavel e vamos manter essa opinião, mas eu creio que março vai ser o melhor momento para todos porque em Março começam a vir os carnês, e falar sobre palavras que muitas vezes é difícil para a gente mesmo entender a gente tem que se aprofundar, e veja que é um aprendizado constante porque são questões complexas inclusive para o Rafael que é um advogado já da área constitucional que pode dar aula para gente aqui é professor, muitas vezes surgem dúvidas, interpretações e a questão jurídica é uma questão que vai gerando doutrina ao longo do tempo, vai evoluindo, mas em março não, em março é matemático, pegaremos os carnês e vamos verificar o real aumento que teve e a nossa contribuição está à frente o que a gente pode fazer é a nossa parte. Obrigado. Continua em discussão o parecer contrário. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Vou seguir o parecer da CCJ devido a entender também que o gestor público tem que zelar pelo que fala sendo que a gente sabe que é maneira ampla de conhecimento geral que o gestor tem que presar pelo princípio da moralidade e honestidade, porém quando o poder público alega que não está havendo aumento real do IPTU e reajusta da UFM, bem como reajuste no valor venal do IPTU ele já não está falando a verdade porque já está sendo até constante a fala que a gente só vai saber mesmo se não vai ter reajuste, todo mundo vai saber na hora de pagar que daí vão saber que teve reajuste, teve aumento. – Presidente: Proceda votação nominal senhor secretário



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

do Projeto de lei nº 172/2018. (Foram favoráveis os vereadores: Bocasanta, Fernando Hallberg, Pedro Sampaio, Olavo Santos, Policial Madril). (Foram contrários os vereadores: Alécio Espínola, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Parra, Paulo Porto, Rafael Brugnerotto, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara). – Secretário: 4 votos favoráveis e 16 contrários. – Presidente: Com 5 votos favoráveis e 15 contrários fica prejudicado o parecer contrário. Passamos a discussão do mérito do Projeto 173. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Sou contra qualquer tipo de aumento de impostos não que porque esse aumento não seja até cabível, mas como não voto pra aumentar despesa do município, não voto pra aumentar despesa. A carga tributária do Brasil, de Cascavel é muito alta e quando tem pouca circulação do dinheiro percebo que o serviço público está com muito dinheiro enquanto que o serviço privado está com certa dificuldade. Sou a favor de um dia fazer a correção da planta genérica, mas se tirarmos o dinheiro da população pra pagar impostos, o povo não vai ter dinheiro pra ir ao supermercado, posto de gasolina e com esse efeito retroativo vai ter menos carga tributária, vai gerar menos impostos. Quando você coloca na água, na luz 29% de ICMS você está tirando na fonte o dinheiro que ia gerar mais riqueza. Se o povo não tem dinheiro pra comprar não vai gerar impostos e vi ser uma cascata ao contrário. Apesar desse aumento do IPTU não ser relativamente muito alto, mas como os outros impostos que vêm a população não suporta mais pagar tanto, então só com reposição da UFM já colocou a inflação, então já teve a sua reposição inflacionária. Por isso vou votar contrário. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: Esse projeto, acredito que está dentro de uma realidade não só do município de Cascavel como do país como um todo. Tenho acompanhado os investimentos por parte do Executivo do município de Cascavel na questão da saúde pública com investimentos nas reformas dos postos de saúde, na área de educação reformas dos Cemeis, reformas dos colégios que muito tempo nós acompanhamos e vemos que colégios onde o atual no atual mandato recebeu com prédios totalmente depredados e os investimentos precisam ser colocados, e é muito importante colocar que algumas pessoas gostam de ver na frente da sua casa um asfalto, uma melhoria, uma benfeitoria, gostam de ver todo o atendimento de limpeza nas ruas, manutenção de vias públicas no município de Cascavel e tudo isso demanda de recursos. Nós estagnarmos pra que nada seja aumentado de impostos é colocar nosso município para parar investimentos de forma geral. Enquanto nós estamos vendo um Executivo aplicando o dinheiro público do município de Cascavel, o recurso vem e é bem aplicado, se não com certeza a gente seria contra qualquer tipo de aumento. Agora se vem um aumento justo, não exorbitante, condizente com as condições de reajuste de salários, de reajuste de um modo geral onde o investimento está sendo feito de maneira responsável, tenho acompanhado muitas situações também da Segurança Pública, a preocupação nesse mês de novembro, tivemos 108 ações onde os recursos foram muito bem aplicados, tudo isso, nós da comissão de Economia e Finanças temos acompanhado. Então, condizente esse reajuste inflacionário por parte do IPTU no município de Cascavel por isso que nós consideramos coerente, e pedimos o voto favorável ao projeto 173. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Pra mim a pessoa tem que ter uma palavra só. Quando a pessoa fala uma coisa pra agradar uns e outra pra agradar outros, pra mim vai perdendo a credibilidade. Desde o projeto em 2017 onde votei favorável ao aumento do IPTU e do



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aumento do lixo, qualquer ser humano sabe que tem que ter verba e vir de algum lugar pra sustentar uma cidade. Acontece que é muita enganação. Em 2017 quando votei favorável ao IPTU foi porque entendia na época e os eleitores também não reclamaram. Quando teve a reunião que ia ter 12% de aumento do IPTU e depois a gente fez uma emenda de 8% aconteceu que a gente fez a votação dia 21, no dia 20 a UFM era 41,4 aí no dia 20 teve um decreto aumentando a UFM de 41 pra 42,5% aí a gente fez a emenda de 8% e quando chegou pra o pessoal pagar eles pagaram os mesmos 12%. A UFM era menos. Começa aí a enganação. Esse ano a mesma coisa. Olha a fala do prefeito na inauguração da UPS, prestem atenção. (Exibição de vídeo) Quem falou que não ia aumentar imposto não fui eu. Um negócio que não vai aumentar, vai ter reajuste, e daí quando chega na hora de pagar o boleto aumentou. Quem fala as coisas e não cumpre? Outra situação quando nós vamos votar o aumento do funcionalismo público é 1.7, quando vamos ver IPC é 4 ponto vinte e pouco. A UFM subiu agora em novembro desse ano que já seria uma correção normal. A população está cansada de ouvir aberração e não poder vir aqui falar. Só estou fazendo a parte que muitas pessoas gostariam de estar aqui, gostariam de encontrar o prefeito e mostrar esse vídeo para ele na hora que pegar o carnê e ver onde que não está o aumento. Às vezes é pouco esse aumento, mas quando vai sair do bolso do contribuinte eu garanto que é muito. Eu vou votar contrário a esse projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Parra. - Vereador Parra: Gostaria de lembrar principalmente a população de Cascavel sobre alguns reajustes que tiveram no ano de 2014, 2015, 2016 para gente fazer uma comparação. PGV de 2014 foi de 9%, 2015 20%, em 2016 15%, UFM 2014 6,6, 2015 6,35 e 2017 9,3. PGV deu em média 44 e a UFM deu 39,63. Nossa média dos reajustes ficou em 13% o PGV e 6,73. Ontem eu e o Mazutti estivemos lá na Jangadinha e que bom ouvir a população dando parabéns porque nunca viram as estradas tão cuidadas e tão conservadas. Eu vi lá uma comunidade talvez esquecida porque é lá de um assentamento, movimento de trabalhadores e estava lá esquecida e hoje até lá no meu amigo Bugrão que é o último morador lá daquele assentamento... hoje fazendo um belíssimo trabalho, produz e vende aqui na cidade os seus legumes, verduras, eles agradecendo porque a gente fez adequação na estrada. Vi um playground pra as crianças lá na Jangadinha. Então como que a gente consegue isso? Lamentável nós partimos para o discurso político, lamentável nós jogarmos para a atual administração e nós não lembramos tudo que foi feito até hoje nessa cidade Cascavel. Seria um absurdo nós aqui estarmos votando um reajuste de 20%, porque seria 20% mais UFM. Sempre teve essa correção e agora não podemos dar essa correção. Lógico que não gostaria q tivesse aumento nenhum, mas isso não é possível nessa realidade. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Mazutti: Você lembrou bem a parte do interior. Andando nas estradas vemos o quanto está sendo feito na área rural. Tudo isso demanda recursos. - Vereador Parra: Só no interior vai ser investido 60 milhões, e com o aumento do IPTU vai aumentar 3 milhões. Precisamos votar pensando no futuro do município. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: Tive o cuidado de fazer uma avaliação de um imóvel que no passado valia 220 mil reais, esse ano vale 250 mil. Teve valorização de 15%. Se fôssemos fazer realmente um aumento ele teria que ser de 15% e não apenas o índice inflacionário. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Josué de Souza. - Vereador Josué de Souza: Há poucos dias uma pessoa da imprensa me contou uma história que eu não acreditei que estava acontecendo nesta Casa. Quero pedir desculpa pra ele porque depois que estou vendo as coisas aqui vejo que tudo é possível. Gostaria



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que a técnica colocasse um vídeo que temos. (Exibição de vídeo) - Vereador Pedro Sampaio: Questão de ordem. O mérito do projeto não tem nada a ver com a Comissão de Justiça e Redação a um outro projeto. - Vereador Olavo Santos: Dinheiro não dá em árvore. Não tem como dar aumento ser ter de onde tirar. É justo o aumento para os professores, é justo também o aumento para a zeladora que vai dar quase 13% como é justo nós termos pegado essa administração com 23 unidades básicas de saúde incompletas e hoje nós temos 49 e vai ser instalada mais duas, isso precisa de pessoas, eu que sou da comissão do trabalho tenho dado parecer para contratação de pessoas entendendo que está faltando pessoas para mover a máquina pública e a população clama por mais atendimento na saúde, por mais atendimento no Cemei e quer mais vagas nos Cemeis. Não tem como nós chegar aqui na hora de dar um aumento bater palma, mas na hora de buscar o recurso para que isso aconteça dá parecer contrário e dizer que é contra. Pelo que eu vi não foi trocado o advogado da CCJ, não sei qual que foi o entendimento que lá atrás deu um parecer favorável ao aumento e agora um ano depois é contrário. Temos que se zelar pelo patrimônio público, fiscalizar. O aumento do IPTU que nós vamos dar é insignificante por aquele compromisso que nós temos assumido de fazer nessa gestão só que aqui estamos buscando na economia. Essa administração é séria, no uniforme escolar mais de 5 milhões de economia. Vai ser feita uma escola chamada escola da Transparência. É assim que se faz uma administração com responsabilidade, não é gravando vídeo e querendo se aparecer para população muitas vezes irresponsavelmente dizendo coisas que não são. Quero pedir voto favorável, vamos ajudar a administrar a cidade e descer do palanque eleitoral que não começou a campanha ainda. A eleição é em 2020 e tem gente que quer antecipar já para 2018. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Hallberg. - Vereador Fernando Hallberg: Para complementar discussão eu vou ler aqui um requerimento que eu fiz em 25 de janeiro de 2018 questionando o aumento do IPTU de 2017. Em dezembro 2017 foi aprovado por esta casa de leis o anteprojeto 174/2017 de autoria do Poder Executivo Municipal que trouxe reajuste nos valores venais dos imóveis do município de Cascavel. Ocorre que na justificativa do referido anteprojeto não houve apresentação de qualquer tipo de estudo realizado pelo Poder Executivo Municipal que fundamentasse os aumentos propósitos de tal forma gerando diversas dúvidas acerca dos pressupostos que nortearam os reajustes. De tal forma encaminhamos o Ofício 5 de 2018 para a Secretaria de Finanças questionando se houve estudo legal para o referido aumento. Em resposta fomos informados que a atribuição da realização do estudo técnico é de competência do IPC conforme resposta em anexo. Então questionamos ao IPC se foi realizado estudo técnico para chegar à referida porcentagem percentual desse reajuste encaminhe cópia dos estudos. Como resposta a isso recebemos o seguinte: Existe um trabalho técnico efetuado pela SEPLAN agora IPC que estuda o peso da receita de IPTU comparativamente a outros municípios do mesmo porte de Cascavel. Esse trabalho revelou que as receitas com IPTU considerando valores arredondados representam os seguintes percentuais: Maringá e Londrina 40% da receita Municipal, Toledo cerca de 30% da receita Municipal, Cascavel cerca de 20% da receita Municipal. Com base nesses números o prefeito Paranhos determinou a Seplan agora IPC e a Sefim que a partir de 1º de Janeiro de 2018 houvesse uma discussão com a sociedade organizada sobre esse assunto que de fato não aconteceu, mas aqui está a prova factual de que não houve um estudo por parte do IPC e que foi um achismo. Você não pode majorar um tributo baseado



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

no percentual daquele tributo em outras cidades. É necessário que tenhamos responsabilidade com a gestão pública municipal sobre pena de infelizmente a gente estar cometendo uma improbidade administrativa. Sempre que a gente dá um parecer ou vai mais a fundo num estudo mostra que nós estamos de fato fiscalizando e queremos o melhor para Cascavel. Nossas ideias são diferentes, mas a gente tem que se respeitar um ao outro e dar atenção a uma questão que pode sim gerar um problema muito grave para o município de Cascavel porque de fato nós temos prova que não foi feito o estudo que consta no Código Tributário Municipal e que a maneira que desde 2017 que foi reajustado esse IPTU que agora é o aumento real de IPTU também, isso nós temos que convir, também não foi feito da maneira adequada. Então, já dizia aquela frase: Quem avisa amigo é, e muitas vezes o que nós pedimos não é que não mande para Casa uma discussão sobre aumentar ou não o IPTU porque de fato nós temos que fazer essa discussão, temos que trabalhar sobre a questão do IPTU progressivo. Agora, nós não podemos fazer as coisas de qualquer maneira então eu espero que talvez, nem espero mais tanto porque a gente esperava desde 2017, mas que para daqui para frente a gente possa levantar essa questão do IPTU progressivo em Cascavel, taxar a especulação imobiliária, temos 20 mil lotes vagos em nossa cidade. Precisamos taxar esses 20.000 lotes vagos, não há interesse social que existam lotes vazios no centro da cidade, por exemplo, isso pode aumentar em muito a arrecadação de Cascavel. Não entendo porque isso não veio, de repente essa discussão do IPTU progressivo e também nós precisamos discutir e adequar. Vimos aqui que uma casa de sapé de 100 metros quadrados paga exatamente o mesmo valor de uma casa de mármore de alto padrão pelo IPTU. Temos que de fato encaminhar essa discussão e peço que ela já comece de maneira urgente já em fevereiro que a gente possa começar a debate para que não chegue a dezembro que a gente tenha todo esse caos novamente aqui com relação a discussão de aumento de tributos, mas nesse caso pela forma que aconteceu meu voto será contrário. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Sampaio. - Vereador Pedro Sampaio: Agora me causa estranheza da exposição que a gente vive nessa casa, nesse duelo, isso é lamentável para casa de leis nós em vez de discutirmos técnica estamos remetendo ao passado, aquele velho retrovisor. Eu tenho uma história do Arnold Schwarzenegger quando era governador da Califórnia, tinha uma rede de hotéis que falou: sempre que o senhor quiser vir aqui o senhor vai ter o melhor quarto. Este perdeu a titulação cargo. Quando ele chegou lá para fazer o check-in no hotel, falaram: você tem que pagar agora. Assim que eu vejo alguns vereadores que foram da gestão passada agredindo a gestão passada, aqui eu vou respeitar vereadores que tiveram dentro do mandato do antigo prefeito e esses atiram pedras incessantemente. Isso me causa estranheza. Não vou aqui dizer, não vou aqui por vídeo porque tem vídeo eu só estou dizendo aqui que a UFM foi aumentada pra decreto técnico, vamos discutir técnica, em novembro pra o exercício de 2019. Ela reajusta todos os tributos do município, a mensagem dele aqui está corrigindo, então está vendo uma bitributação. Isso é fato. Cadê o estudo técnico? Quero que me aponte o estudo técnico aí amanhã eu voto favorável. – Presidente: Vamos a votação. – Presidente: Proceda votação nominal senhor secretário do Projeto de lei nº 172/2018. (Foram favoráveis os vereadores: Alécio Espínola, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Parra, Paulo Porto, Rafael Brugnerotto, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara). (Foram contrários os vereadores: Bocasanta, Fernando



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Hallberg, Pedro Sampaio, Olavo Santos, Policial Madril). – Secretário: 4 votos contrários e 16 favoráveis. – Presidente: Com 4 votos contrários e 16 favoráveis fica aprovado o Projeto de lei nº 173/2018. A presidência vai suspender a sessão e marca o retorno para as 14:30h. (Intervalo) – Presidente: Retomando a ordem do dia temos o Projeto de lei nº 85/2018 dos vereadores que dispõe sobre a divulgação de informações na forma de dados abertos pelos poderes Executivo e Legislativo. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Josué de Souza. - Vereador Josué de Souza: Queria pedir vistas pra analisar melhor. – Presidente: Em votação o pedido de vistas. – Presidente: Vamos a votação senhor secretário. – Presidente: Proceda votação nominal senhor secretário (Foram favoráveis os vereadores: Alécio Espínola, Aldonir Cabral, Bocasanta, Fernando Hallberg, Pedro Sampaio, Olavo Santos, Policial Madril, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Parra, Paulo Porto, Rafael Brugnerotto, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara). (Não houve voto contrário). – Secretário: 19 votos favoráveis e nenhum contrário. – Presidente: Com 19 votos favoráveis e nenhum contrário aprovado pedido de vistas. O projeto volta na primeira sessão do ano que vem. Em discussão o Projeto de lei nº 142/2018 de autoria do Executivo Municipal que dispõe sobre alterações na lei 3800 de 2004 que trata do plano de cargos, vencimentos e carreiras do servidor público municipal. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Quero me colocar contra esse projeto porque analista tributário é diferente de auditor. Alguém que quer ser auditor tem que fazer um concurso novo porque o analista é um cargo inferior a auditor. Na história de Cascavel já aconteceu muita coisa dessas, do cara inventar ser diretor e depois não podemos mais tirar. O analista geralmente é um cargo de ensino técnico e auditor de ensino superior, então não podemos fazer uma manobra pra facilitar um concursado passar de um cargo pra outro. Isso fere a Constituição Federal. Onde tem auditor tem analista que é um cargo inferior. Se o município quiser ter auditor que faça um novo concurso que dê condições a todos participarem e não dar uma canetada e nós classificarmos uma pessoa que não tem essa classificação. Por isso para fazer justiça para que todos os possíveis auditores no futuro venham fazer o concurso para auditoria e não para analista de crédito. É mesma coisa de querer pôr o bandeirinha no lugar do juiz, o juiz é superior que bandeirinha. Analista de crédito é diferente do auditor então por isso eu peço voto contrário para que nós possamos se faltar auditor no município faça concurso e se contrate uma pessoa digna para isso. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Esse projeto apenas altera a nomenclatura do analista para o auditor. Isso segue semelhante às legislações federais e também estaduais tendo em vista que normas e prerrogativas de constituir crédito tributário dentre outras atribuições são de competência do auditor. Quanto à preocupação do vereador Jorge Bocasanta, o presente projeto não está alterando em nada o plano de cargo, carreira e salário na questão de rendimento, está única e exclusivamente onde se lia analista passará a auditor. Então é apenas nessa linha de pensamento, de necessidade de adequação haja vista que é um procedimento hoje entre aspas, comum, porque são muitas as legislações federais que sempre precisam de adequação estadual e municipal assim como votamos na semana passada o banco de alimentos que é um projeto do Ministério da Agricultura, e, contudo precisava ser adequado, ter lei própria no município por isso votamos aqui aquilo que já existia a nível Federal. É apenas adequação da



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nomenclatura tendo em base a Legislação Federal, estadual, mais uma vez afirmando: ele não tem em seu conteúdo alteração no plano de cargo e salário. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Esse projeto, estudei e vi que tem hoje um quadro de 29 funcionários, o salário é R\$ 4633,00 e o que está mudando é a nomenclatura porque segundo o que consta já esse pessoal para ser analista de tributos já tem que ter o curso superior e agora sendo auditor fiscal da mesma situação. E na explicativa também está dizendo que não vai ter impacto financeiro tanto é que tem a justificativa aqui então eu acredito que um projeto sempre quando vem alguns projetos que venha a beneficiar ou igualar, agilizar o serviço e aqui com essa mudança de manufatura vai dar mais poder de fiscalização para esses funcionários então eu vou votar favorável a esse projeto. – Presidente: Continua em discussão. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Com o voto contrário do vereador Bocasanta, Projeto de lei aprovado pelo restante dos senhores vereadores. Em discussão o Projeto de lei nº 148/2018 de autoria do vereador Olavo Santos que institui no calendário oficial de eventos do município de Cascavel, Estado do Paraná o dia da conscientização e prevenção da síndrome alcoólica fetal. Em discussão. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Olavo Santos. - Vereador Olavo Santos: Queremos com esse projeto instituir no calendário oficial de eventos do município de Cascavel o dia da conscientização e prevenção da síndrome alcoólica fetal. Síndrome alcoólica fetal é um conjunto de sintomas apresentados pelo feto e pelo recém-nascido em decorrência do consumo de álcool pela futura mãe no período pré-concepcional, quer dizer, ao menos três meses antes da gravidez e durante o período gestacional. Dentre os sinais dismórficos que se encontram numa síndrome dessa podemos colocar o déficit de crescimento desde a vida intrauterina, alterações faciais, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, e esta é atualmente considerada a maior causa de déficit intelectual que é possível ser prevenida na atualidade pela medicina e com a orientação. Como expliquei é uma síndrome que acontece em decorrência do consumo de álcool pela futura mãe antes ou durante a gestação. O grau de comprometimento dos recém-nascidos depende não só da quantidade de álcool consumida pela mãe, mas também do período em que houve esse consumo. Além de sinais que aqui já mencionei como déficit de crescimento desde a vida intrauterina, outras características chamam atenção como o atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e neurocomportamental, além da deficiência intelectual. De uma maneira bem objetiva gostaríamos do voto favorável dos senhores para que nós possamos prevenir essa síndrome alcoólica fetal, pois a criança pode apresentar sinais, por exemplo, de baixo peso ao nascer, baixo ganho de peso durante a infância, microcefalia, dificuldade de aprendizagem, problemas com a linguagem, com a memória, coeficiente intelectual muito baixo, alterações na visão, na audição, dificuldades de socialização, distúrbios comportamentais, atraso no desenvolvimento cognitivo e alterações neurológicas como convulsões. A nível mundial estima-se que a cada 1.000 nascidos, 3 apresentem essa síndrome. No Brasil os dados estão tanto quanto desatualizados, a última informação que tínhamos era de um para cada 1.000. Como não dá para confiar nos dados do Ministério da Saúde utilizo aqui os dados que são coletados a nível mundial: 3 para cada 1.000, tanto é que é celebrado anualmente no mundo no dia 9 de setembro e assim gostaríamos muito também de que no município de Cascavel tivesse essa conscientização dessa síndrome no dia 9 de setembro. Peço voto favorável e



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

agradeço a atenção. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Alécio Espínola. - Vereador Alécio Espínola: Parabenizar a vereador Olavo pela proposição, V. Excelência sabe do combate que temos com relação a essa questão da bebida alcoólica, ela que realmente atrapalha a vida do ser humano. Então, parabéns, até porque ano que vem teremos alguns debates nessa Casa com relação à questão da bebida alcoólica, e eu fico feliz de ver a preocupação, os dados que Vossa Excelência trouxe e evidentemente que nós vamos votar favorável. Eu que junto com o Madril acompanhamos aquela questão das cervejadas, realmente deplorável ver a juventude no estágio em que nos encontramos com relação às enlouquecidas cervejadas que acontecem na cidade de Cascavel. Meu projeto ficou pronto, infelizmente não deu tempo de nós colocarmos para votação, mas acredito que o ano que vem nós vamos avançar nessa questão. Parabéns Olavo. Alguém que está vindo para este mundo não merece já ter a sua vida atrapalhada ou interrompida por causa dessa questão da bebida alcoólica. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Olavo Santos: Me ative mais a dados técnicos, mas existe aquela situação onde a gente percebe que hoje as mulheres têm consumido muito mais bebida de álcool e aqui apenas a conscientização pode evitar problemas futuros e graves nos filhos e também traz uma economia para o estado também que não terá que arcar com tratamentos, situações dispendiosas. A conscientização, a prevenção sempre é o melhor remédio. Vereador José de Souza me falava de e sintomas parecidos do tabaco, do cigarro, então precisamos agir um pouco mais. Quem sabe nas bebidas mais tarde nós teremos a orientação em suas propagandas de o quanto são nocivas à saúde também. Obrigado. (-Um aparte) - Vereador Alécio Espínola: Pois não. – Vereador Josué de Souza: Se a pessoa soubesse, uma gestante soubesse do mal que vem causar ao seu feto tanto o álcool quanto também o tabaco ela pensava duas vezes nesse período de gestação de estar usando isso. Parabéns para você, tem nosso total apoio e lá na frente quem sabe nós podemos avançar mais no outro projeto aí visando também a questão do tabaco. - Vereador Alécio Espínola: obrigado. – Presidente: Vamos a votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Temos agora o projeto de lei 154/2018 também conhecido como nossa LOA Lei Orçamentária Anual. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Eu quero falar alguma coisa aqui a respeito da saúde né do orçamento da Saúde. Eu, como, médico tenho um sonho de um dia todo paciente que estiver doente tenha um leito hospitalar para poder ser tratado e não ser jogado em cima de uma maca como está acontecendo nas UPAs não só dessa administração, mas como da outra e das outras. Então, eu vi aqui no próximo ano que na Secretaria de Saúde tem ilhas de prosperidade e não tem pobreza, tipo tem no SUS, tem ilhas de prosperidade que seria o que? A oncologia, algumas altas complexidades que preferem fazer pelo SUS do que fazer pela a Unimed que precisa pagar mais. E tem linha da pobreza que o médico ganha cinquentão para operar, o anestesista ganha 30 e daí ninguém quer atender, uma coisa óbvia, como que um pediatra vai pegar um recém-nascido, passar 3 vezes a visita por R\$ 27,00? E de acontece que está acontecendo hoje no HU, gente ganhando neném no corredor, hospitais todos fechando e assim por diante. Agora vou sair lá da fatura: helicóptero do Consamu. Busca o paciente, leva lá e traz na UPA para morrer a grande maioria das vezes. No nº 103022329: executar ações de urgência através do consórcio intermunicipal de saúde Oeste Paraná, o consumo; 20 milhões. Desenvolver atividades e não sei o que:



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

18 milhões. Executar ações de urgência através do consórcio municipal UPA Tancredo: 9 milhões e 600. Com esse dinheiro dá pra abrir o Hospital Santa Catarina, fazer baixa, média complexidade, você joga o dinheiro no lixo e não adianta culpar o Edgar Bueno que não está mais aí. Olha mais aqui pra urgência. Implantar e manter unidade de pronto atendimento: 5 milhões, 492. Vamos somando tudo isso, poderíamos usar esse dinheiro em outro lugar. Me Pergunta assim: mas se a gente for um dia acidentado e ficar jogado na rua porque não temos alguém que vai nos buscar? Hoje tem SIATE e SAMU que buscam. Mas será que se a pessoa se acidentasse ficasse lá esperando mais tempo não teria menos acidente? Temos que se cuidar, prevenir os acidentes. Um exemplo aqui 40, 50 milhões jogados na urgência e emergência e daí o cidadão morrendo por uma apendicite, por uma colecistite e outras coisas a mais. É lamentável que muda prefeito e a saúde continua igual, sem rumo. Talvez o próximo Prefeito que entrar mude essa ideia e aplique mais em resolutividade do que em fantasia. Jogar 50 milhões é bonito, mas mais bonita é tratar o paciente com dignidade e não em cima de uma maca nas UPAs e tendo um transporte de primeiro mundo e assistência médica de quinto mundo. Vou votar favorável, mas se eu fosse o prefeito, secretário faria diferente. Desde o ano de 2005 fui secretário por 87 dias, eu queria investir em hospitais, não em UPAs. Já passaram 13 anos e o que nós vemos cada vez pior as UPAs e os hospitais falindo. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: O projeto vem de uma discussão já há um bom tempo essa questão das diretrizes orçamentárias, da lei de diretrizes orçamentária estudada e isso também do LOA que é a parte da receita. Tudo isso são estimativas de aplicações dos recursos, tudo isso vem através de evoluções de estudos. Pode acontecer de não serem investidos os valores, mas são estudos que precisam estar no projeto, na LOA, na expectativa de repente vir um recurso de outro lugar, federal, tudo mais, precisa estar contemplado na LOA. Por isso importante todos os estudos, as audiências públicas a que aconteceram nos bairros da cidade de Cascavel colocando a expectativa e as reivindicações dos presidentes de bairro, da população em geral e tudo para ser contemplado precisa estar anotado na Lei de Diretrizes Orçamentárias e também o estudo por parte do município a questão das dos recursos. Os recursos precisam estar estimados conforme as expectativas das despesas. Eu acredito que a equipe toda trabalhou bem, estudou bem essas questões dos valores, das expectativas da receita e também a fixação para onde os recursos devem ser aplicados. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Esse é um projeto que eu tenho alguns questionamentos que me chamaram atenção com relação à previsão de arrecadação e em relação ao que foi arrecadado. Nesse ano a previsão de arrecadação foi de 1 bilhão, 170 milhões. Até hoje o arrecadado foi de 800 milhões, parece que a previsão não vai ser muito mais que isso. A previsão de arrecadação para 2019 é 1 bilhão, 349 milhões. Estamos dando um salto do que foi arrecadado efetivamente de 68%. Me preocupa esse salto porque aparentemente é irreal, não vamos arrecadar isso porque se nós não arrecadamos em 2018 um bilhão 170 não vejo como nós vamos arrecadar 2019 1 bilhão 349. Se arrecadou 800 milhões nós damos um salto de inacreditáveis 68.6% em termos de arrecadação então fica alguns questionamentos. Na verdade 3: de três, um: ou existe uma mágica que eu desconheço pra aumentar a arrecadação, inclusive hoje por exemplo abrimos mão de uma delas que é IPTU com aumento menor ou existe um ingênuo otimismo com relação à arrecadação porque nada indica que a economia vai melhorar ou se está camuflando o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

potencial de arrecadação para mais com objetivo de aumentar a margem de endividamento do município o que é ruim e é muito perigoso. Somado aqui está embutido nesse debate a questão de abertura de crédito suplementar que é o famoso cheque em branco com aumento de 20%. Se eu não me engano aumentar de 12 para 20%, aumento de 8%, de quase 50% em termos proporcionais. Eu me lembro que quando Leonaldo Paranhos ganhou as eleições em 2015 se não me engano, eu era vereador do antigo mandato, se debateu nessa Casa que iríamos dar um cheque em branco de 20% em confiança ao prefeito porque não era o orçamento dele. E assim nós fizemos na antiga legislatura entendendo que era um compromisso por Cascavel. Depois baixou para 12 e agora ele aumenta para 20. Diante disso tudo votarei favorável hoje, mas eu gostaria de convidar o secretário Renato Segalha para se fazer presente amanhã no plenarinho antes da sessão para nos explicar. Quero entender qual que é a perspectiva de arrecadação sendo que é um salto de 70% de um ano para o outro. Não vejo nenhum sinal que isso vai acontecer inclusive, hoje nós abrimos mão de parte da arrecadação que é de um aumento quase irrisório, houve um aumento, mas muito pequeno, do IPTU municipal, então votarei favorável, mas gostaria, e fica o convite e amanhã irei cobrar isso em plenário, a possibilidade do Renato Segalla falar com esses vereadores até porque o fato de nós não sermos vereadores alinhados às vezes parece que a informação não chega, para falar com esses vereadores para justificar pra os vereadores, imagino que deve ter uma justificativa plausível porque esse salto de arrecadação previsto é de 70% de um ano para o outro sendo que na conjuntura brasileira aparentemente não teremos esse salto. Então, gostaria de entender qual a explicação que deve ter do Executivo com relação a isso. Muito Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Hallberg. - Vereador Fernando Hallberg: Faço minhas as palavras do vereador Paulo Porto aqui e me causa preocupação. Nós não tivemos aqui o fechamento quadrimestral, mas eu estou acompanhando aqui em tempo real o Portal da Transparência, inclusive que me mostra que nesse exato momento nós temos arrecadação de 902 milhões, mas dias atrás eu havia consultado também, era 800, pelo menos é o que tá mostrando aqui na execução da receita. Isso é um problema grande. Errar por 5% é até aceitável, mas ainda assim é um erro grande: 5% de um orçamento de um bilhão de reais são 50 milhões de reais. Se uma empresa erra em 5% ela quebra. O dinheiro público é como se fosse infinito entre aspas que nós não temos que ter cuidado. Eu não votarei favorável à LOA, inclusive estou protocolando um requerimento pedindo esclarecimentos desse valor que parece absurdo: 1 bilhão, 349 milhões de reais sendo que nós tivemos esse ano agora um déficit quase de 200 milhões. Então imagina o seguinte: se você tem a sua casa lá e você se programa para receber R\$ 1100,00 por mês, você tem os filhos para dar comida e aí chega final do ano você só está recebendo 900, o que vai acontecer? Vai faltar comida em casa, você não vai conseguir comprar leite, você vai ter que tirar um filho do colégio, vai ter que economizar. Só que infelizmente hoje o que nós estamos vivendo aqui um excesso de empréstimos pela Prefeitura Municipal de Cascavel que nós devemos chegar até aos 100 milhões ainda durante esse ano e uma previsão orçamentária que com toda clareza está superestimado aqui e isso pode causar prejuízos enormes para nossa cidade. Acho que no máximo o que nós poderíamos ter era a mesma previsão orçamentária deste ano de 1,1 bi sendo que previmos 1,1 bi e arrecadamos 900 milhões. O mínimo que precisamos é informação antes de votar essa LOA. Onde estão esses 200 milhões que faltaram na execução orçamentária da receita? Por que foi falha a previsão orçamentária do ano



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

passado? Por que tivemos mais de 20% de erro na previsão orçamentária? Onde está esse erro pra sabermos se não estamos errando mais ainda pra 2019? Outra questão é o que o vereador Paulo falou aqui em branco de 20% e eu vou recordar para os senhores aqui que logo que entramos aqui fizemos uma discussão e se não me engano demais 20% para o prefeito Paranhos no primeiro ano porque era o orçamento do Edgar Bueno, da gestão anterior, então precisava se mexer, mas nós estamos agora já com 2 anos de mandato, com erro absurdo na previsão orçamentária de 20%, mas nesse cheque em branco não terá a minha assinatura, encaminhando voto contrário à LOA. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Paulo Porto: Só para reforçar a questão do famoso cheque em branco que nada mais é do que abertura de crédito suplementar sem passar pelo crivo dessa casa. Primeiro ano Leonaldo Paranhos teve 20%, eu acho correto, o orçamento não era dele, inclusive eu votei nos 20%. Segundo ano hoje o Leonaldo Paranhos teve 12, eu acho que ele devolveu 12%. Eu não vejo grande problema. Agora, por que votar os 20? Eu não vejo nenhuma justificativa. Então, seria interessante um debate aprofundado amanhã se possível com Renato Segalha para que ele justificasse. Justificando, se nos convencer votaremos favorável. Hoje votarei favoravelmente, mas amanhã existe alguns condicionantes do voto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Eu escutei o discurso inflamado aqui dos vereadores e quase fiquei convencido, mas os senhores não são tão ignorantes assim no entendimento a respeito da peça orçamentária. A Lei Orçamentária Anual, os senhores sabem disso, de cor e salteado, que é uma previsão orçamentária e essa previsão para se tornar uma realidade depende de múltiplos fatores, por exemplo, Repasse do FPM que o governo passado federal quebrou o país, não repassa na grande maioria dos municípios, recursos de emendas parlamentares que embora não estejam ainda confirmadas no orçamento propriamente ditos precisam estar previstas. Exemplo aqui: está previsto aqui na nossa Lei Orçamentária Anual na área de saúde, R\$ 2.205,000,00 para construção de unidades de saúde da família lá no Jardim Faculdade que é uma luta nossa da comunidade. Temos um recurso previsto de ordem própria, mas dependemos de um recurso maior que vem via emenda parlamentar. Assim como esse caso aqui da faculdade, temos inúmeras outras unidades de saúde da família que também precisam estar previstas porque se não estiverem previstas elas não podem de fato acontecer, mas elas ainda não são realidade porque é uma previsão orçamentária de uma possível futura liberação de recurso federal. Impostos frustrados: Quando lança, por exemplo, o IPTU, lança em todos os cadastros, vai lançar lá em todos os milhares de cadastros o valor x a receber. Todo mundo vai pagar? Não. Tem um grande percentual que não vai pagar, mas está previsto como se fosse receber de todo mundo. É claro que vai existir a frustração, falando IPTU nós falamos sobre todas as outras também previsões de receita. Isso é uma previsão, é o que temos previsto para receber e de fato esperamos receber, queremos receber, precisamos receber. Precisa fazer de forma diferenciada e vereador Paulo Porto, o senhor tem acompanhado o mandato dos nossos deputados federais, fazer uma diferença aos nossos deputados federais que nunca na história do nosso município trouxeram tanto recurso para cá na forma de emendas parlamentares. De fato é uma tempestade de recursos e isso tem possibilitado que o município possa expandir e avançar em muitas situações. Como disse é uma previsão, claro que uma previsão excelente, tomara que se confirme, mas nós não temos como gerir, como dar uma exatidão daquilo que vai entrar, o que não vai entrar, mas está prevista a emenda que já



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

foi carimbada, que já entrou no orçamento da União, no orçamento do Estado. Agora se o governo federal vai efetivamente empenhar e depositar é uma outra situação. Sobre as reuniões vamos em breve fazer uma outra reunião e quero convidar todos os vereadores não só da base pra comparecerem. Tivemos uma reunião do RH semana passada e os vereadores não compareceram. Vereador Olavo compareceu, eu acho que foi o único dos que veio, também Carlinhos Oliveira, Paulo Porto, mas muitas não vieram. Os senhores entendem que tem temas que é mais complicado para se discutir de forma mais ampla, mas estarão sempre muito bem convidados e bem-vindos. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Só para contribuir com esse projeto aqui que estavam todos os vereadores preocupados com 20% livre e está no Artigo 13 desse projeto e agora não pode mais fazer emenda e acredito que a outra que tinha verba lá não foi usado mais que 10%. Mas são projetos que todo dia a gente vai aprendendo. Gostaria de falar sobre a Secretaria da casa civil da transparência e prevenção de combate à corrupção. É R\$ 6909000,00. Vou votar favorável a esse projeto, mas vou começar a buscar, alisar porque essa secretaria de transparência no meu entender é para pegar a corrupção, para tentar evitar, para fazer alguma coisa. Faz um ano já que tem essa secretaria, fazer um requerimento, gastar um dos 10 que eu tenho direito por mês para ver o que está fazendo essa secretaria. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Serginho Ribeiro. - Vereador Serginho Ribeiro: Lei orçamentária, muito importante para o município, temos que votar. Vemos que ao longo da história as previsões. Olha só: a educação continua um valor bastante alto: 291 milhões, saúde 316 milhões. Agora vejo alguma situação. Nosso papel é dar condição não engessando o Executivo a cumprir realmente as suas metas que foram colocadas não só em campanha, mas verdadeiramente, ações que são voltadas à comunidade. Todo mundo quer os benefícios em várias situações: saúde, educação, assistência social que é também uma demanda bastante grande. Pega aqui a assistência social 54 milhões. Renúncia de receita: essa é uma preocupação grande. Chama atenção porque daí nós temos que nos preocupar. Renúncia de receita nós estamos abdicando de um valor financeiro do município e aí? Daí nós temos que colocar as ações, mas sem dinheiro não se faz. Só pra poder mostrar a coerência e uma maneira bastante tranquila não só as pessoas que votaram em mim, a maneira legítima. Em 2017 votei contrário o aumento do lixo, IPTU acreditando: primeiro ano muito cedo, queria ver as ações que seriam colocadas. Quando falo em causa animal, esporte e cultura, estou cobrando todos os dias uma política pública voltada à causa animal, ao esporte, a cultura da cidade, está sendo colocado. Vou continuar cobrando como qualquer vereador que tem seu dever e obrigação de cobrar. Dessa maneira estarei votando também de forma favorável à LOA, mas o meu papel como vereador e fiscalizador continua sendo. Eu acho que temos que parar com essa situação de base e oposição. Tem que chamar todo mundo. Olha: é assim que está sendo feito, explicar coerentemente e também sem palco populista. Todo mundo usar de bom senso, qualidade. Nós queremos o melhor para cidade de Cascavel e cada um sabe suas ações cada um sabe muito bem como vai dormir no outro dia, o travesseiro que estava deitado. Houve um crescimento na cultura da cidade de 30 milhões, está aqui na previsão até que enfim. Antes não tínhamos 1% no orçamento do município, era absurdo. Ainda temos muito que avançar no esporte, mas os problemas são inúmeros. Mas vemos mais uma coisa que acontece com a população: depredação, pessoas que quebram, luz e tantas outras situações. Eu sei que a população quer os anseios, mas também faça sua



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

parte. Se todo mundo pagar corretamente os impostos dá tudo certo. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: O histórico do orçamento do município de Cascavel tem sido dessa forma estimado crescentemente porque senão como o Fernando falou para fazer a mesma previsão do ano passado, se nós pensarmos dessa maneira nós imaginamos Cascavel não venha a crescer porque daí você estatiza você coloca um milhão, 170, todo ano vamos pensar no futuro. O crescimento de Cascavel é claro, então nós precisamos colocar uma expectativa de crescimento. A expectativa de projetos e ações para aumentar a receita, a expectativa é essa de você poder fazer com que o município possa vir arrecadar mais com projetos, com a nota 10 do município, alguma coisa de sentido buscando incentivar os munícipes a tirar nota fiscal e outras ações também para poder aumentar a arrecadação. Todo ano tem expectativa de aumentar a previsão orçamentária. Obrigado. - Vereador Serginho Ribeiro: Sabemos que está 100% a cidade de Cascavel? Tem muito que melhorar? Tem, mas temos que melhorar muito. Esses dias encontrei também um empresário que ficou super feliz e muito tempo atrás falou que precisavam de asfalto no espaço lá de onde passa o tráfego em nome de várias pessoas no interior e foi arrumado e isso foi aprovado nessa Casa de leis também, os cascalhos, os benefícios. É um projeto que passou pela câmara municipal, aprovamos. Temos que fazer a melhor legislatura que se viu em todos os tempos, fiscalizando, dando condição. Essa é a minha forma de pensar. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Sampaio. - Vereador Pedro Sampaio: Como a gente falou do projeto, no primeiro projeto o dia a dia vai nos mostrando de que a gente tem muito para conhecer ainda de legislação orçamentária, administrativa, cada um com sua peculiaridade. Com esse aval dos 20% não é possível colocar uma emenda por conta do prazo, mas alguns pontos, a estimativa tem que ser sempre maior, faço coro também ao Paulo que amanhã esteja aqui o nosso secretário de finanças, alguns questionamentos gostaria de ter alguma possibilidade, agora, a gente começa a ver as interferências aqui com as despesas da administração direta, a gente vê a Fundação de esporte e cultura: 1 milhão. 320 e o IPC 660, ou seja, simplesmente fiz um questionamento isso passível de resposta ainda, sobre a Fundação de esporte e cultura onde as ações que fizeram jus a esse desmembramento entre secretaria de esporte e cultura e fundação de esporte e cultura. Quero ver se não houve um conflito entre as duas, uma disputando com a outra. Pelos bastidores a gente percebe essa disputa. Quero saber se deu certo, se isso não é uma orientação do prefeito extinguir ou a Fundação ou simplesmente a secretaria porque é 1 milhão 320 e o IPC, já fala, é o Instituto de planejamento de Cascavel. Nós demoramos aqui um empréstimo de 3 milhões para o projeto Avançar cidades, acho que é isso, de infraestrutura, qual que seria a finalidade do IPC? Temos que ter responsabilidade dentro do poder público. Se nós temos um corpo técnico qualificado aqui na nossa cidade porque que nós vamos buscar fora? São minhas dúvidas, meus questionamentos futuros e os 20%, então despesa autorizada, alterar a programação orçamentária sem que passe através de lei. Então, seria minha fala durante esse projeto. – Presidente: Vamos a votação. Proceda votação nominal senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Alécio Espínola, Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Rafael Brugnerotto, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara). (Foi contrário o vereador: Fernando Hallberg). – Secretário: 19 votos favoráveis e 1 contrário. – Presidente: Com 19 votos favoráveis e 1 contrário aprovado o Projeto de Lei nº 154/2018.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Em discussão o projeto de lei nº 155/2018 de autoria do Executivo Municipal que dispõe alterações do plano de cargos, vencimentos e carreira do servidor público municipal, Lei 3800/2004. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Esse é um dos 11 projetos a serem votados hoje. Vou votar favorável, é um projeto que está valorizando o serviço de zeladora. Só que chamou atenção porque esse projeto nós vamos votar hoje que vai entrar em vigor a lei no dia 01/05/2019, mas é lógico que esse projeto já foi estudado e acredito que se fosse feita proposta anteriormente para as zeladoras que trabalham nos colégios municipais a gente teria evitado todo aquele desgaste que teve há pouco tempo atrás aqui. Acho que é só questão de programação e antecipar as ações para depois não haver uma reação igual teve nessa Casa de leis. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: É mais um avanço bastante importante para mais uma categoria do funcionalismo público a partir da conversa com o prefeito lá na prefeitura municipal com a categoria ficou acordada a situação, em nada mudou, se mudou foi apenas para melhor. As zeladoras agora começam no nível E12 e isso tem um significado em percentual superior a 10%. Então, é mais um avanço importante que os nossos servidores terão, lembrando que isso também gera como está aqui anexada à mensagem de lei um pequeno impacto, mas que naturalmente com a compreensão, com a colaboração de todos será plenamente sanado e as nossas zeladoras terão as suas demandas atendidas pelo Executivo Municipal e claro votado e aprovado pelos vereadores. Obrigado. - Presidente: Continue em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em discussão o Projeto de lei nº 158/2018 de autoria do Executivo Municipal que dispõe sobre alterações da lei Código de obras do município de Cascavel e dá outras providências. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Esse projeto significa um avanço extremamente considerável no que diz respeito ao planejamento e execução de obras em Cascavel. Desburocratiza o processo da emissão dos alvarás de construção, simplifica as etapas prévias, a emissão de alvará de construção, por exemplo, ele possibilita que a apresentação feita pelo engenheiro dos projetos iniciais já tenha o crédito do governo Municipal para esse empreendimento, para esse engenheiro iniciar a obra e levar adiante. Passa a ser de responsabilidade acelera o processo, mas também dá responsabilidade ao engenheiro haja vista que isso precisa ser acompanhado por profissional técnico. Sendo assim, o engenheiro que apresentar o processo do projeto na prefeitura recebe um alvará no qual ele já tem a permissão imediata para o início das obras e para o empreendimento ir acontecendo. Claro que se esse profissional apresentar alguma coisa ou lá na obra estiver alguma coisa diferente do projeto, ele também é responsabilizado, mas aí é uma situação à parte dessa de responsabilização, mas vejam que é um passo importante, é um projeto que há muito tempo era requerido pela classe, pelos construtores, pelos engenheiros e agora eles têm essa oportunidade haja vista que também era uma reclamação bastante grande que havia sobre o travamento até que fosse feita a aprovação final. Então, está se dando o crédito, o aval para que o projeto apresentado pelo engenheiro de fato seja executado sob a sua responsabilidade. Então, é mais um projeto inovador, é mais um projeto que alça Cascavel numa linha de frente das cidades desenvolvidas e que estão pensando na celeridade dos projetos e do crescimento da



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nossa bela capital. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: Quero parabenizar o nosso prefeito Paranhos no sentido de atender essa reivindicação também do pessoal da engenharia. Eu estive presente numa audiência e numa reunião com essa classe e da mesma forma como aconteceu com a classe contábil do alvará online, esse processo para desburocratizar a obtenção desse documento. Acontecia que o projeto era encaminhado para prefeitura com uma demanda de vários documentos, e esses documentos precisavam ser analisados pela pelo fiscal da prefeitura, isso como juntava vários processos demorava de seis meses a um ano para que o fiscal fosse à obra verificar, ver se estava de acordo, se a obra estava sendo encaminhada de acordo com a documentação. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Josué de Souza: Dar os parabéns à Administração Municipal. Imagina quanto isso não vai acrescentar no emprego de pessoas que estão com os projetos lá parados há muito tempo, agora vai sair as prateleiras, vão começar as construções, vai começar a gerar mais emprego e é isso que nós precisamos. Como foi feito dito por vossa senhoria do alvará, os projetos vão andar. Vai trazer responsabilidade, mas um engenheiro ou profissional tem responsabilidade e sabe o que está fazendo. Então, só quero aqui dizer que estamos de acordo com o projeto e vamos votar favoravelmente e o projeto é muito bom. Espero a aprovação de todos os vereadores. – Vereador Mazutti: Vem de encontro a necessidade. Nosso município precisa crescer, tirar essas burocracias que travam o andamento dos documentos. Peço voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: O código de obras do município deve ser livre. Acho que quem quer fazer loteamento respeitando o meio ambiente não fazendo ruelas, igual no passado, de sete metros. É fácil. Quero ver aqui em Cascavel no futuro pessoas comprando lote a R\$ 20.000,00. Para que isso aconteça tem que ter maior quantidade de loteamento. Respeita fundo de vale, as águas, se faz ruas dignas, a prefeitura não tem nada de atrapalhar, tem que facilitar para dar emprego, desenvolvimento e uma qualidade melhor de vida aos nós munícipes, só não podemos esquecer o meio ambiente e das ruelas que foram feitas no passado. Vou votar favoravelmente. Obrigado. – Presidente: Continua em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei nº 158/2018 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em primeira discussão o Projeto de lei nº 160/2018 que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal e dá outras providências. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Quando se fala em crédito preocupa bastante. Eu vejo aqui 35 milhões para fazer uma coisa interessante para o município. Se nós tivéssemos alguém que soubesse fazer um contrato bem feito com as empresas de ônibus deveriam as empresas de ônibus fazer a maioria dessas obras porque quem explora os passageiros de Cascavel são as empresas de ônibus. Quem que deve pagar por suas acomodações são as empresas de ônibus que exploram essa mesma população. Sempre dizia: vamos deixar lugar pra estacionamento pra igrejas, escolas... não. Quem deve fazer a classificação é o próprio dono dos estabelecimentos. Nesse caso como não tem concorrência, o município teria que fiscalizar e cobrar das empresas de ônibus os lugares que o povo vai para tomar o ônibus, os pontos de ônibus. Me preocupa que é mais um financiamento. A dívida do município tem com o IPMC que nós iremos votar na sequência e já estão dando imóveis para pagar, aumenta consideravelmente todo ano. Será que nós estamos gastando a mais do que nós



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

podemos? Na minha casa eu sou bem simples. Se eu ganhasse milhão por mês, eu posso gastar até 950, poderei gastar R\$ 1500,00 esse ano financiando, jogando para frente, mas no futuro estarei passando fome. Será que não está acontecendo isso com o município de Cascavel que não tem um planejamento na ânsia de querer fazer alguma coisa estão falindo o município? Isso me preocupa muito. É, mas o estado pode endividar até não sei o que. Veja no Rio de Janeiro, Rio grande do sul e outros estados, nem pra pagar folha de pagamento tem dinheiro porque deixaram se endividar mais do que podiam. Eu acredito que tem lugares que não tem retorno financeiro como é o caso do município que quanto mais obras se fizer mais despesa tem isso, é a realidade, não poderia ser financiado nada, não poderia ser financiado nada porque se você fizer desde uma creche, desde uma escola, um Posto Saúde, quanto maior mais déficit, mais despesa e sai do município, dos contribuintes que não aguentam mais pagar os impostos, lógico. Como vamos deixar de votar uma coisa dessas? Eu não uso ponto de ônibus, a minha empregada usa, vai ficar se molhando, vai tomando sol na cabeça como está essa realidade ou vamos fazer o financiamento para fazer? Mas seria muito mais interessante por mais empresas concorrentes para que elas dessem essa estrutura. Diferente de um campo de futebol que quem vai administrar seja uma empresa, mas não vamos ficar subsidiando. Estamos dando os passageiros, os clientes e estamos subsidiando para as empresas de ônibus. Vou votar favoravelmente, mas eu o futuro de Cascavel. Era isso. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Vou na linha do vereador Bocasanta, votarei favorável mas tem 2 questões que me preocupam de maneiras distintas. Primeira questão política e segundo questão de mérito. A questão política: ao aprovarmos esse projeto estaremos liberando um crédito, uma dívida somada ao que nós já provamos semana passada de 70 milhões de reais, 30 milhões já provamos recentemente, mais 35 milhões agora em menos de 15 dias no apagar das luzes de 2018, isso sem nenhum diálogo mais profundo com essa casa, ao menos com os vereadores ditos não alinhados. É necessário que as pessoas entendam que não ser alinhado ao governo não é ser inimigo do governo, mas parece que a relação vem se dando nesses termos. Quando nós procuramos dialogar com a chamada base do governo, ouvimos sempre assim resposta: "Vamos para o voto, nós temos maioria e ponto". Isso não é resposta, isso não é diálogo. Sem dúvida a base tem maioria e faz uso dela por isso acaba se precarizando as relações do Parlamento. Essas vitórias pontuais no voto no fundo são vitórias birro, são vitórias que apontam para derrotas futuras. Se vence algumas batalhas, mas ao final se perde a guerra e vamos lembrar que essa guerra só acaba daqui a 2 anos. A questão do mérito: estamos votando um teto de 35 milhões pra construção de calçadas urbanas, rampas elevadas e 800 abrigos de ônibus, e lembrando que nós já gastamos cerca de 30 milhões exatamente na mobilidade urbana, parte dele pelo menos, e ainda sequer temos um diagnóstico seguro do BID e já estamos fazendo outras reformas, outras intervenções de maneira contundente junto à Prefeitura Municipal. Vamos falar só dos 800 abrigos de ônibus: existe um diálogo já avançado com a Cettrans, pelo menos na gestão passada tinha esse diálogo, de que no próximo contrato do transporte urbano iria se incluir no edital a construção de abrigos, a manutenção e fiscalização para as empresas. Exatamente como atual o atual executivo fez com o transporte escolar. Não vejo porque nós gastarmos milhões de reais pra construir abrigos se podemos debater com que fiquem com as empresas prestadoras de serviço, até porque se o Executivo acha que dá para terceirizar as zeladoras que terceirize os pontos de ônibus. Eu votarei favorável a esse



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pedido de decreto, porém entendo que é necessário aprofundar esse debate, não só o diálogo do Executivo com a base e demais vereadores, mas também desde o diálogo para avaliar de forma precisa o BID coisa que não foi feita por essa gestão. Encerro a minha fala lembrando que faremos um seminário municipal no início do ano que vem sobre mobilidade urbana com a presença do deputado estadual Gora do PDT que é um estudioso dessa questão em Curitiba e vai poder nos ajudar a entender melhor esse debate fundamental para cidade do porte de Cascavel. Votarei favorável, mas me preocupa, primeiro nós estamos aprovando em 15 dias 70 milhões e segundo essa falta de diálogo constante que é muito ruim para o Parlamento entre a base de governo e os demais vereadores. Voto favorável com essas considerações deste mandato. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Mazutti. - Vereador Policial Madril: Esse projeto para contratação de empréstimos de 35 milhões vem através do programa Avançar Cidades, programa de infraestrutura de transporte e mobilidade urbana do governo federal através do Ministério das cidades que objetiva melhorar a circulação das pessoas nos ambientes urbanos por intermédio do financiamento de ações de mobilidade urbana voltadas à qualificação viária e do transporte público dos municípios sobre o transporte público, sobre pneus, enfim. Acredito que a demanda nos pedem, a população tem nos cobrado também e acredito o perfeito também nessa questão da infraestrutura dos pontos de ônibus, muitos pedidos. Ele vem para contemplar a compra de 850 abrigos de ônibus, a implantação de faixas elevadas em 29 Colégios que eu acredito que vem dar uma segurança muito grande em torno dos colégios onde muitas vezes é via rápida na frente do colégio e não tem um quebra-molas, perigo constante, então é nessa preocupação que o governo vem para fazer esse empréstimo, além de fazer também a reestruturação de algumas ruas importantes na cidade de Cascavel, Rua Xavantes, Avenida Gralha Azul, Rua Itália, Avenida Papagaios, Avenida Interlagos, então o governo está com essa preocupação e eu acredito que o empréstimo a longo prazo vem dar essa possibilidade de fazer esse investimento em prol do município que tem se mostrado pujante e o crescimento é eminente. Não podemos ficar pensando em segurar uma previsão orçamentária, nós temos que pensar em avançar e pensar em ter um município com toda infraestrutura necessária para ter uma cidade de primeiro mundo, e nós estamos caminhando para isso, nós temos acompanhado as ações do governo municipal no sentido de ter essa preocupação do investimento correto, esta responsabilidade do dinheiro público ser investido onde mais precisa: na educação, na saúde, e nós ficamos nessa expectativa de ter na cidade sempre uma infraestrutura do transporte onde há muitos anos não se mexia na estrutura do transporte público do município e acompanhar e fazer com que essas vias principais as cidades tenham um tratamento diferenciado, a Rua Xavantes que sempre vou lá no Santa Cruz onde os carros precisam ficar fazendo zig-zag para poder transitar, é um perigo de atropelamento, os estacionamentos estaciona do lado, outro fica travado. Então é isso que tem a preocupação por parte do Executivo e nós concordamos e pedimos o voto favorável pra aprovação desse projeto. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Prorrogo a sessão por mais uma hora. Com a palavra, vereador Fernando Hallberg. - Vereador Fernando Hallberg: Estamos aqui com o contrato da Cettrans com a Pioneira e com a empresa Viação Capital: A Cettrans auferirá mensalmente valor correspondente a 5% calculado sobre o valor pago pelo sistema às concessionárias a título de gerenciamento a ser pago através da conta vinculada, venda e comercialização de bilhete de passagem. Conforme parágrafo segundo, cláusula 3ª, o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pagamento deverá ser efetuado a Cettrans independentemente de quaisquer débitos com as concessionárias sendo a aplicação desses valores a critério da Cettrans. Tivemos aqui em agosto 2018 uma arrecadação de 216 mil reais referentes a essa taxa. Setembro 212 mil reais. Então, se nós formos colocar aqui nós teremos quase 3 milhões com arrecadação que nós não sabemos para onde vai e que no meu entendimento poderia ser usado aí com clareza para evitar que seja feito mais empréstimos ainda já que tivemos nesse ano um déficit de 200 milhões na previsão orçamentária e de repente economizar de alguma maneira e usar esse dinheiro advindo do próprio usuário do transporte coletivo que eu acho que é a fonte adequada e receita porque ele usa o ponto de ônibus, então ele pode usar desse 5% que não é o valor pequeno, 5% de todo o custo do que é arrecadado através dos bilhetes de passagem de todo o transporte coletivo de Cascavel como vocês viram aqui, chega a dar um valor de dois milhões e meio de reais ao ano, poderia tranquilamente ser usado para dentro de um tempo recuperar alguns pontos de ônibus de Cascavel. Então, eu acho nesse momento desnecessário contrair um empréstimo aí para esse tipo de investimento sendo que a gente pode tirar dessa fonte de receita que é o próprio usuário do transporte público que já vem até a Cettrans para fazer esse tipo de obra. Inclusive tem um requerimento que nós estamos aguardando pra saber exatamente como é investido este dinheiro. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Sampaio. - Vereador Pedro Sampaio: Quando a gente fala em empréstimo realmente alguns vereadores têm razão de que a gente já fez algumas aprovações aqui e autorizações de contratações de operações de crédito chegando quase na casa de 70 milhões. Algumas conceituações na justificativa para contratação, me chama atenção algumas conceituações do programa Avançar cidades. É um programa de estrutura, financiamento voltado à qualificação viária, transporte coletivo, pneus, transporte não motorizado e elaboração de plano de mobilidade urbana e de projetos executivos. Não veio desmembrado e destacado aqui, até peço auxílio do líder do governo, nós aprovamos um empréstimo de 35 milhões semana passada, aquele projeto era uma parte vinculada a esse aqui. A gente autorizou três milhões e meio para elaboração do projeto e aqui diz; projetos executivos. Só para saber se nessa contratação de crédito nós estaremos pagando duas operações sendo que nós podemos pagar uma somente para os abrigos, gostaria que só mostrasse uma foto de um imóvel que é da prefeitura, se puder dar um zoom para mim, lá no fundo à direita são pontos de ônibus ao tempo, esse móvel na Carlos de Carvalho quase esquina com a Rua Recife pertence à Cettrans. Então, lá nós temos já alguns pontos de ônibus que já podem ser usados, então fazer um levantamento de onde não tem, que esteja prejudicando realmente a população e também levanto aqui a questão se existe algum projeto já pra esses 850 uma vez que é um empréstimo vultoso para o município Cascavel, aqui diz que vai tirar as receitas do Fundo de participação dos Municípios, nós já temos alguns outros, aqui na mensagem de leis diz que a contratação não poderá exceder 11,5 não deve passar de 3,70%, farei um questionamento com certeza para saber toda a movimentação financeira. Agora, votar contrário? A população precisa do abrigo de ônibus, um abrigo da chuva, do tempo. Aqui diz: ações financiáveis, projetos básicos inclusive estudos e trabalho social. Importante a gente poder economizar o dinheiro público já que a gente aprovou 3 milhões e meio, ver se é necessário mesmo, apesar de tratar-se de uma autorização, aqui não estou dizendo que o prefeito já autorizou e contratou, diferentemente do veiculado na mídia de que a gente era contra tudo, a gente está sendo um pouquinho prudente com as ações do governo, então é importante que são



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

regiões das cidades aqui com as faixas elevadas, poderiam também ser feitas as faixas elevadas com a economia que está sendo feita nos pregões, isso muito bem levantado pela administração. Então, essa é preocupação, não vi projetos aqui também, a gente vai ver futuramente se tem esses modais das ciclovias, o Paulo levantou em contato com deputado eleito Goura para a gente poder fazer as coisas que realmente tragam a diferença igual essa obra que a gente se viu na Avenida Brasil, nos parques lineares que tanto se criticou, mas a gente está aí para somar com a cidade. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Serginho Ribeiro. - Vereador Serginho Ribeiro: Financiamento não é fácil, sabemos que endividamento tem que ser pago, é importante a responsabilidade, a contratação está aqui viável, possível ser paga e tudo mais. Agora, também salientando aqui partes elevadas serem implantadas em frente a várias escolas, é nossa obrigação verificar todas as escolas que são colocadas aqui para serem adicionadas as partes elevadas, nós verificarmos se o principal: a empresa que ganhar se fará com propriedade e qualidade essas obras. Quando se fala também em espaço para maior conforto e deixar realmente as pessoas, usuários do transporte público com maior tranquilidade, segurança tirando o frio, tirando a chuva, o sol que é muito importante, fiz uma matéria inclusive juntamente aqui com meu querido mano Nunes em vários locais onde não ainda não possui a cobertura, que é um absurdo. Claro que nós temos que dar qualidade aos usuários, à população de Cascavel. Só saliento a importância, vejo também a preocupação e é importante, 35 milhões, tem que ser muito bem colocado de forma bastante clara, a empresa que ganhar cumprir de forma certa e honesta o contrato, senão não entra na licitação, acho que depois obras inacabadas tem um projeto de nossa autoria para que obras inacabadas não sejam inauguradas antes do término que é importante porque fazer um discurso lindo e colocar uma placa e não terminar a obra é o que acontece nesse Brasil. É o que mais aconteceu em várias gestões. Então também peço voto favorável, mas com certeza irei fiscalizar. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Josué de Souza: A Cettrans é um caso à parte que já foi estudado, já estão na mão do prefeito Paranhos algumas coisas que podem acontecer e este vereador que teve a honra de ser indicado pelo presidente para fazer parte daquela comissão tem estudado e sabe o que tem que se fazer com a Cettrans. Esse empréstimo ao contrário que o vereador Mazutti se enganou e falou em 150 pontos de ônibus, é para 850 pontos. É um dinheiro bem visto que vem, talvez se não houvesse tanta ação trabalhista a Cettrans não precisaria fazer esse empréstimo para corrigir os pontos de ônibus porque ali foi a farrá do boi gordo, mas estamos estancando e fazemos tudo para que proíba e que a Cettrans tenha um destino certo e que o povo não seja prejudicado por isso porque as pessoas têm reclamado muito por falta de abrigo principalmente aqueles que levantam cedo pra trabalhar. Obrigado. - Vereador Serginho Ribeiro: Temos que fiscalizar. Seria isso. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Estava pensando daqui 2 anos a situação da nossa cidade. Nós olhamos pra saúde são 18 novas unidades de saúde da família, na educação, 12 Cemeis reformados, pra agricultura asfalto que vai alcançar o interior, no esporte, novos campos, e chamo atenção que tem uma apresentação produzida bastante interessante sobre o programa Avançar Cidades. Dos 7 municípios paranaenses com população acima de 250.000 habitantes, apenas Cascavel conseguiu esse empréstimo, financiamento importante do Avançar cidades. (Exibição de fotos) Vejam, esse projeto Avançar cidades muda de forma bastante acentuada os bairros de Cascavel. Outrora o governo municipal tão criticado pelo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

esquecimento dos bairros, das nossas regiões mais longe do centro, agora a visão principal, envolvimento principal do governo Municipal nas melhorias dos bairros a exemplo de tantas situações que ocorreram como a Avenida Tito Muffato, Parque Linear Bezerra que está acontecendo e também lá no Eco Parque do Morumbi nós teremos 850 novos abrigos de ônibus. Além da questão do abrigo de ônibus haverá uma calçada de paver a exemplo dessa com acessibilidade. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. - Vereador Celso Dal Molin: Teremos uma cidade muito mais bonita ano que vem. Parabenizar o Executivo e peço voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Parra. - Vereador Parra: Votaria contrário se o empréstimo fosse pra Avenida Brasil e centro. Vamos investir nos bairros do município de Cascavel. A população do interior que também precisa, vamos levar conforto pra essas pessoas. Uma administração que pensa em Cascavel como um todo não só na avenida Brasil. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Olavo Santos. - Vereador Olavo Santos: Falar ao Vereador Rômulo Quintino que na belíssima apresentação ali dos projetos senti falta do piso tátil nos pontos de ônibus. Quanto a este empréstimo eu vejo que com muita tranquilidade a gente defende e aprova porque está se pensando no mais pobre, está se pensando verdadeiramente nas pessoas que são a força produtiva do nosso município. E mais uma vez falar que essa casa aqui está de parabéns porque os 21 vereadores têm ajudado muito a Administração Municipal. Votarei favorável. – Presidente: Continua em discussão o Projeto de lei nº 160. Vamos à votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Registrando o voto contrário do vereador Fernando Hallberg, projeto de lei aprovado pelo restante dos senhores vereadores. Passamos agora para discussão do projeto 164/2018 que altera a lei 6915/2018 que estabelece a forma de amortização do déficit atuarial junto ao regime próprio da Previdência Social de Cascavel. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: Passou pela nossa comissão de Finanças também essa questão de fazer essa transferência para o IPMC por conta do débito que tem um município com o IPMC. Nós fizemos a esta aprovação do imóvel localizado na Rua Paraná 2607 onde hoje funciona a Cohavel e foi feito autorização para que o município fizesse o pagamento através desse imóvel no valor de dois milhões novecentos e cinquenta mil reais. É importantíssimo nós votarmos favoravelmente para que possa haver essa autorização e o município possa fazer esse pagamento através de transferência deste imóvel para o IPMC. Seria isso. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Estudei esse projeto e está falando de 2 terrenos só que da Rua Paraná está faltando documentação. Então temos que pedir vistas do projeto e vir com a documentação que falta. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Olavo Santos: Consta no artigo 2º esse imóvel, mas ele já foi deliberado. Estamos deliberando só o item 2 da rua Vitória por isso só tem documento da rua Vitória. - Vereador Policial Madril: Pra gente votar esse projeto o líder do governo ou alguém se prontificar a trazer essa documentação. Com o comprometimento do vereador Rômulo de trazer essa documentação vamos votar favorável que esse projeto é um projeto importante. – Presidente: Continua em discussão o Projeto de lei 164/2018. Vamos à votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em discussão agora o Projeto de lei 170, ele também é de autoria do Executivo Municipal e dispõe sobre alterações no anexo 3º da Lei Municipal o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

plano de cargos, carreira e remuneração valorização dos profissionais do magistério da Rede Pública do Município de Cascavel. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Sampaio. - Vereador Pedro Sampaio: Só gostaria de deixar claro á população que nos acompanha, isso foi um pedido para que tramitasse o quanto antes para que a gente pudesse ainda fazer jus à correção ainda em Janeiro 2019 conforme acordado nesta casa com Executivo e ainda muito aquém ainda do piso Nacional, só para salientar que a gente nunca fez pela Comissão de Justiça um instrumento político, pelo contrário a gente sempre trabalhou com transparência, rapidez e agilidade. Votarei favorável por entender a importância e fazendo jus que a gente aqui se comprometeu para não fazer de novo daquela forma que foi feito exposto aí. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Esse projeto é o cumprimento do acordado do sindicato junto ao prefeito Paranhos logo após a sua posse de lentamente no decorrer do mandato se chegar ao piso nacional. É uma herança maldita do governo anterior que está sendo superada aprovando esse projeto. Faltam aproximadamente 4%. E fica a expectativa para quem fevereiro desse ano o prefeito sente com a nova direção do sindicato e faço o cronograma para os próximos 2 anos no sentido de zerar esse déficit porque é inaceitável um município como Cascavel que tem orçamento de um bilhão previsto não pagar o piso Nacional. Fica o nosso reconhecimento do esforço do Executivo e a expectativa de que o ano que vem se faça novo cronograma. Encerro fazendo reconhecimento ao Executivo de que está cumprindo a promessa e na expectativa de que se reiniciem as negociações pra que a gente consiga zerar essa dívida histórica. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Josué de Souza: Isso mostra a seriedade e esse compromisso que foi feito lá atrás pelo nosso prefeito Leonaldo Paranhos em campanha e ele vai cumprir porque ele faz de tudo para cumprir aquilo que ele fala. - Vereador Paulo Porto: Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Serginho Ribeiro. - Vereador Serginho Ribeiro: Importante demais a valorização do professor. Mais do que nunca a área de educação é prioridade. Também a comissão de Economia finanças e orçamento deu voto favorável acreditando nas melhorias que são importantes, a valorização do professor. Também peço voto favorável. – Presidente: Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em discussão o Projeto de Resolução nº 14/2018 autoria da mesa diretora que autoriza baixa de bens patrimoniais permanentes inservíveis na Câmara Municipal de Cascavel na forma que especifica. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Um cumprimento especial ao Marco Aurélio Marceneiro que é o responsável pelo patrimônio. Hoje pedi para o assessor ver 5 notebooks e algum outro material depois quando a gente pede, mas é um hábito de fiscalização e para por o setor para trabalhar. Obrigado. – Presidente: Continua em discussão o Projeto de Resolução nº 14/2018. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de Resolução aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em discussão o Projeto de Resolução nº 16/2018 de autoria da mesa diretora que altera, acrescenta e revoga dispositivos da Resolução nº 1 de 04/02/2015. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de Resolução aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Finda que está a matéria da ordem do dia deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

interesse público. - Vereador Damasceno Junior: Peço pra me retirar. – Vereador Celso Dal Molin: Abro mão da palavra. - Vereador Parra: Abro mão da palavra. - Vereador Mazutti: Abro mão da palavra. – Presidente: A primeira inscrição é do vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Abro mão da palavra. - Vereador Alécio Espínola: Abro mão da palavra. – Presidente: vereador Serginho Ribeiro. **GRANDE EXPEDIENTE:** - Vereador Serginho Ribeiro: Sempre lutei pela cultura, esporte e continuo lutando pela causa animal. Vou passar uma imagem. Tivemos a última edição do ano junto com a ONG Sou amigo do Rocão. Evento lindo maravilhoso que até hoje tem o apoio também do poder público de Cascavel. Dizer o quanto é importante ajudar, fazer sua parte, trabalhar de forma digna. Na causa animal não existe mais ou menos tem que fazer o que é certo. Quero só deixar um recado aos demais protetores e ONGs: quando o Serginho toma posição firme e forte nas votações é porque é necessário. Deixo minha palavra agradecendo, o trabalho carinho de todos. – Presidente: Com a palavra vereador Valdecir Alcântara. - Vereador Valdecir Alcântara: Uma situação que me chamou atenção durante a semana passada, nós tendo feito várias homenagens aqui para polícia Civil, Polícia Militar e hoje eu venho pedir um favor: já marquei para vir alguns moradores de alguns distritos e também aqui da cidade Cascavel porque esse final de semana fui chamado por moradores da comunidade Linha Scanagatta, foi roubado deles lá espeto, pé de mesa, freezer entre outras coisas, e metais, e foi encontrado num desmanche aqui na cidade Cascavel, ferro velho. Esse pessoal comentou que a polícia foi até o local, chegou lá, conversou com o proprietário, este devolveu os espetos para que acontecesse essa festa no final de semana lá. Surge um comentário lá que há uma suspeita de que havia algumas pessoas dentro da polícia que encobertava esse pessoal, esses donos de ferro velho. Amanhã ou quarta-feira ficou para nós irmos conversar com o comando da Polícia Militar, também com o delegado. No bairro Cataratas cortaram os fios do poste até dentro da casa das pessoas para roubar os fios. Alguém está receptando esses fios. Me falaram que existe algum envolvimento da polícia nesse caso aí acobertando, Madril, você sabe alguma coisa a respeito disso? - Vereador Policial Madril: Essas falas são só para denegrir a imagem da polícia militar e polícia civil. - Vereador Valdecir Alcântara: Pedir um reforço para os policiais para que vejam essa situação da Linha Scanagatta e principalmente esse ferro velho que a polícia foi até o local e conseguiu pegar os espetos que estavam lá. Alguém tem que estar receptando essa fiação. Seria isso minha reivindicação. – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Abro mão da palavra e amanhã falaremos sobre Educação Municipal nesses últimos dois anos. – Presidente: Com a palavra vereador Josué de Souza. - Vereador Josué de Souza: No distrito de São João também, Vereador Valdecir, um senhor criou um boizinho na corda, engordou e os caras lá há uns 15 dias consumiram com o boizinho. Mas e o prefeito Paranhos está preocupado também com isso daí, está ali já na frente da prefeitura tem ali uma viatura que é para investir na Guarda para guarda estar ajudando a inibir esse tipo de coisa. – Presidente: Com a palavra vereador Rafael Brugnerotto. - Vereador Rafael Brugnerotto: Gostaria de parabenizar o Serginho dizer que o evento Rocão já é um evento histórico aqui para o município de Cascavel, também sou adepto a defesa dos animais, isso não implica dizer que nós não estamos atentos a defesa dos seres humanos, que uma coisa não exclui a outra, mas a cultura de defesa é muito importante, está se desenvolvendo e parabenizar também o poder público municipal pela atenção que vem dando ao assunto, coisa que nunca aconteceu em governos passados e que hoje estamos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

criando uma política pública para questão. No entanto o que me traz a Tribuna aqui hoje é um alerta e até mesmo um aviso para um hospital aqui de Cascavel. O que está ocorrendo aqui no município de Cascavel? Aqui no Hospital São Lucas através do convênio da Unimed, hoje único local que existe plantão pediátrico no município de Cascavel é no Hospital São Lucas. Vem ocorrendo que está pior do que o SUS. Muitas pessoas saíram do atendimento particular que era para ser um atendimento digno e foram para a UPA porque lá estava sendo muito mais resolutivo e veloz do que estava no atendimento privado. Isso está acontecendo no município de Cascavel, é um desrespeito e fica aqui a minha indignação em face deste hospital e também da Unimed Cascavel e tomarei as providências judiciais junto ao Procon inclusive administrativa primeiro junto ao Procon e se não existir uma resolutividade vou advogar gratuitamente para aquelas mais de 30 pessoas que estavam ali no dia. Deixo aqui registrada publicamente a minha indignação e a cobrança para que tome uma providência o quanto antes porque senão eu mesmo vou tomar. Muito obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Misael Junior. - Vereador Misael Junior: Meu objetivo hoje é enaltecer a presença novamente do deputado federal Evandro Roman com o convite feito pelo nosso futuro Governador ao deputado federal eleito, estará recebendo então a oportunidade de mais uma vez ser deputado do Paraná, ele que tem a sua casa na cidade de Cascavel e tem feito muito nesses últimos 4 anos e não apenas nos últimos quatro anos, mas enquanto Deputado trazendo vários recursos para cidade de Cascavel. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Carlinhos Oliveira: Hoje foi inaugurada uma quadra sintética no Floresta com recursos trazidos pelo deputado Evandro Roman. E que Deus o abençoe nessa caminhada. – Presidente: Não havendo mais nenhuma inscrição para o interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezessete horas e quatorze minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

OLAVO SANTOS

1º Secretário